PUBLICIDADE LEGAL

Predial Bier Ullmann S/A

CNPJ 92.698.240/0001-20 - NIRE 43 3 0002001 1

AVISO: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, os documentos exigidos na vigente lei das sociedades anônimas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 29/04/2026 às 9:30 horas, na sede social, sita à Rua Uruguai, 35, 6° andar, nesta capital para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1º) Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrativo de Resultados, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025, Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários. Outros assuntos de interesse social.

Porto Alegre, 25 de março de 2026.

Claudia Steiner - Matias Meyer da Silva - Diretores

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.467.115/0001-00 | NIRE 433.0004691-5 | Código CVM nº 02064-8

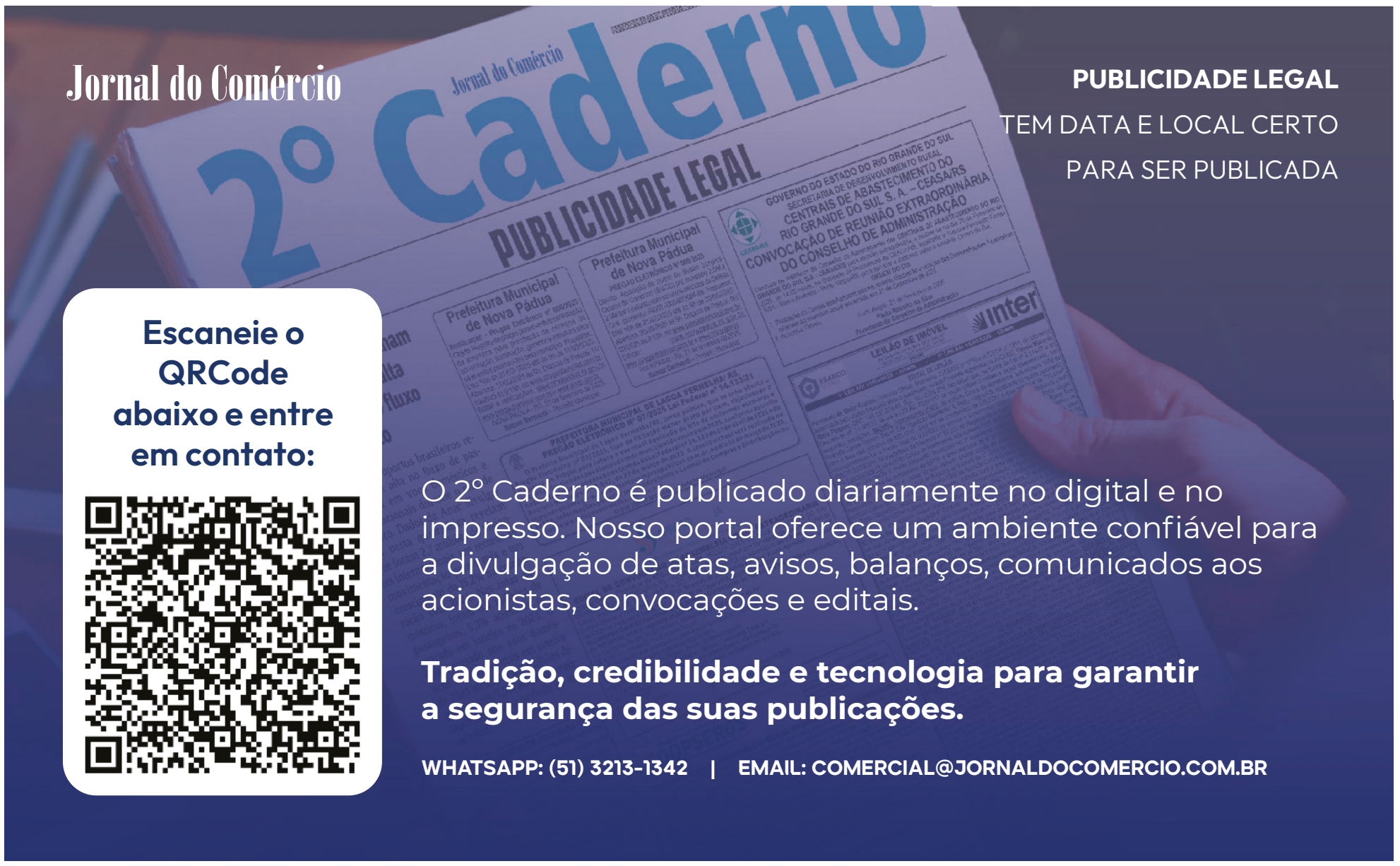
AVISO AOS ACIONISTAS

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D ("Companhia"), em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei n.º 6.404/76, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, encontram-se à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Clovis Paim Grivot, 11, Bairro Humaitá, CEP: 90250-020, bem como no *site* da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/), e foram enviados à Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/institucional), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026

Tatiana Queiroga Vasques

Diretora de Relações com Investidores



PUBLICIDADE LEGAL

FUGA S.A. - CNPJ Nº 91.302.349/0001-33 – NIRE Nº 43.300.015.289 - Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: Convidamos os acionistas para se reunirem em nossa sede social, na Rua José Fuga, nº 1155, Bairro Constante Fuga em Marau/RS, às 09 (nove) horas do dia 30 de abril de 2026, a fim de tratar: em **Assembleia Geral Ordinária (AGO): Ordem do Dia: 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e demais demonstrações previstas no Art. 176 da Lei Nº 6.404/76, correspondente ao exercício social findo em 31/12/2025; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos; **3.** Eleição e posse do Conselho de Administração pela Assembleia e Eleição da Diretoria pelo Conselho; **4.** Deliberar acerca das gratificações aos Administradores; e **5.** Fixação da remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração. Em **Assembleia Geral Extraordinária (AGE): Ordem do Dia: 1.** Deliberar sobre o encerramento da filial Fuga S/A localizada em Ji-Paraná/RO. **2.** Deliberar sobre a criação da filial *Trading Company*. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2025, onde poderão obter cópia deles. Marau/RS, 27 de março de 2026. Constante Caetano Fuga – Presidente do Conselho de Administração. ASCOL

PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S/A ("3tentos" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 08h45, de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2 e 3, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada como realizada na sede da Companhia, situada na Avenida Principal, n°187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS). As Assembleias ocorrerão em formato exclusivamente digital com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas de onde quer que estejam, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas dos relatórios da administração e dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; e **(iii)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Aprovar a reforma do Estatuto Social para: **(a)** atualizar o valor do capital social previsto no caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo a refletir os aumentos de capital social da Companhia realizados dentro do limite do seu capital autorizado; **(b)** alterar o artigo 19 do Estatuto Social para: (b1) incluir o inciso (xi) para prever a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários e intercalares, bem como sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio; e (b2) aprimorar a redação do atual inciso (xvi) para especificar e delimitar alçada de aprovação do Conselho de Administração em relação à empréstimos financeiros; **(c)** alterar o artigo 23 do Estatuto Social para: (c1) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 1º do para ajustar a definição das atribuições do Diretor Presidente; (c2) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 2º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Vice-Presidente Executivo; (c3) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 4º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Financeiro; (c4) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 5º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Comercial; e (c5) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 6º para ajustar a definição das atribuições do Diretor de Insumos; **(d)** alterar a redação do artigo 40 do Estatuto Social para incluir referência expressa ao Parágrafo 2º do Artigo 6º do Estatuto Social; e **(e)** suprimir o Artigo 53 do Estatuto Social em razão de disposições de natureza transitória que não mais produz efeitos; e **(ii)** Deliberar sobre a consolidação do estatuto social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas no item anterior. **Instruções Gerais: (a) Representação:** Nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o **dia 26 de abril de 2026**, os seguintes documentos: **(i)** se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; **(ii)** se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e **(iii)** se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei n.º 10.406/02. Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: https://assembleia.ten.com.br/404358962/auth, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. **(b) Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: Boletim de voto a distância ("BVD"): Os Acionistas poderão, a partir desta data e até o **dia 24 de abril de 2026 (inclusive)**, manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD: (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (iii) ao depositário central; ou (iv) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. Digitalmente: os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação à distância na AGOE, até às 23h59 do dia 26 de abril de 2026, com acesso pelo link https://assembleia.ten.com.br/404358962/auth. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do art. 6°, §3° da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual para Participação da AGOE de 2026. **(c) Instalação do Conselho Fiscal:** Em atendimento ao disposto no art. 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e art. 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto. **(d) Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, https://ri.3tentos.com.br/, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), https://www.gov.br/cvm/pt-br, da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, https://www.b3.com.br/pt_br e no Ofício Circular Anual SEP 2026. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. **(e) Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700.

Santa Bárbara do Sul/RS, 26 de março de 2026

João Marcelo Dumoncel - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A.

TASA3 TASA4

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02 - NIRE 4330000739-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - 29 de Abril de 2026, às 14:00 Horas

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 29 de abril de 2026, às 14 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (iv) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária para o exercício social de 2026, nos termos da proposta da administração; e (v) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026, nos termos da proposta da administração. Instruções Gerais: A Assembleia Geral Ordinária será realizada de forma presencial na sede da Companhia. Essa opção foi definida em função da tradição da Companhia de sempre realizar suas assembleias presencialmente nesse local, criando, assim, uma oportunidade adicional para os acionistas conhecerem as instalações. Além disso, a administração entende que o formato presencial garante uma comunicação mais clara e direta entre os presentes, possibilitando debates mais produtivos e a tomada de decisões informadas. Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (https://ri.taurusarmas.com.br/). Tais documentos encontram-se disponíveis também na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Para participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas, por si ou por seus representantes/procuradores legalmente constituídos, conforme o caso, deverão apresentar: (i) documento de identidade da pessoa natural presente; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, ficando dispensados da apresentação desse documento os acionistas que constarem da base acionária atualizada emitida pela instituição financeira depositária e pelo escriturador; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado fisicamente na sede social da Companhia ou na forma digital, validado pelo Sistema ICP Brasil. A representação dos acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento dependem da apresentação, ainda, dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até 02 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia (até 27/04/2026, às 14 horas), o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores, por e-mail para agoe@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia a distância, usando o "Boletim de Voto a Distância", que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (https://ri.taurusarmas.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), devendo o "Boletim de Voto a Distância" devidamente preenchido ser recebido pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia. Por fim, destaca-se que o Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento permanente, razão pela qual não se aplica o disposto no artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM nº 81/2022.

PUBLICIDADE LEGAL

CLT PART. S.A.

CNPJ 56.085.859/0001-03

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se **no dia 13 de abril de 2026,** às 14h, em primeira convocação, e às 14h30min, em segunda convocação, na sede da Companhia, situada na Avenida Nilo Peçanha, nº 2825, conjunto 907, Bairro Chácara das Pedras, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 91330-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Liquidação e extinção da Companhia; (ii) Aprovação das contas da sociedade; (iii) Nomeação do Liquidante.

PUBLICIDADE LEGAL

QUARTIER PARTICIPAÇÕES S/A

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ: 10.370.032/0001-32 **NIRE:** 43300062597

1.DATA, HORA E LOCAL: Dia 23 de setembro de 2025, às 14h, na sede da Quartier Participações S.A. ("**Companhia**"), localizada na Rua Ernesto Alves nº 150, 1º andar, Setor B, bairro Floresta, CEP 90.220-190, na cidade de Porto Alegre (RS). **2.PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3.CONVOCAÇÃO:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 16º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia. **4.COMPOSIÇÃO DA MESA:** Foram eleitos para compor a mesa diretora dos trabalhos o Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos da Companhia à conta de lucros apurados no exercício em andamento, em balanço de 31/08/2025. **6.DELIBERAÇÕES:** Foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a distribuição de dividendos da Companhia no valor total de R$ 20.000.000,00, a conta de lucros apurados no exercício em andamento, em balanço de 31/08/2025. Os dividendos distribuídos serão pagos aos acionistas até 31/12/2025, sem a incidência de juros e correção monetária, conforme deliberação da Diretoria, e imputados ao dividendo obrigatório. **7.ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada, é assinada por todos os presentes. Porto Alegre (RS), 23 de setembro de 2025. Mesa: **CELSO KIPERMAN-**Presidente; **ADRIANE KIPERMAN-**Secretária.Conselheiros: **CELSO KIPERMAN; ADRIANE KIPERMAN; CAMILO CABIANCA RAMOS; MATHEUS GARIA LINO; CARLOS ALBERTOGUERRA FILGUEIRAS; ROGÉRIO FROTA MELZI; LUCIANO BROCHMAN; PAULA PICININI.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11287813 em 17/10/2025 da Empresa QUARTIER PARTICIPACOES S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 253608449 - 10/10/2025. Autenticação: 20F91E9A2ABCF2669C5FD192B5DDED02BC39B2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.DATA, HORA E LOCAL: Dia 29 de dezembro de 2025, às 14h, na sede da Quartier Participações S.A. ("**Companhia**"), localizada na Rua Ernesto Alves nº 150, 1º andar, Setor B, bairro Floresta, CEP 90.220-190, na cidade de Porto Alegre (RS). **2.PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3.CONVOCAÇÃO:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 16º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia. **4.COMPOSIÇÃO DA MESA:** Foram eleitos para compor a mesa diretora dos trabalhos o Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. **5.ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos da Companhia à conta de lucros apurados no exercício em andamento, em balanço de 30/11/2025. **6.DELIBERAÇÕES:** Foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a distribuição de dividendos da Companhia no valor total de R$ 35.000.000,00, sendo o valor de R$16.682.184,22 distribuído a conta de reserva de lucros da Companhia e o valor de R$ 18.317.815,78 distribuído a conta de lucros apurados pela Companhia no exercício 2025 em andamento, conforme verificado em balanço de 30/11/2025. O pagamento dos dividendos ora distribuídos e creditados aos acionistas poderá ser realizado em parcela única ou de forma parcelada, mediante transferência para a conta bancária de titularidade de cada acionista, conforme a disponibilidade de fluxo de caixa e a capacidade financeira da Companhia, observado que o pagamento integral dos dividendos aos acionistas será concluído, pela Companhia, até 31 de dezembro de 2028, em estrita observância aos artigos 6º-A, §3º, e 16-A, §1º, inciso XII, ambos da Lei 9.250/1995, alterada pela Lei 15.270/2025, afastando-se expressamente a aplicação dos prazos previstos no artigo 205, § 3º, da Lei 6.404/1976. Fica autorizado, ainda, a capitalização dos dividendos ora distribuídos, a exclusivo critério de cada acionista e mediante a prévia deliberação da assembleia geral da Companhia. **7.ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada, é assinada por todos os presentes. Porto Alegre (RS), 29 de dezembro de 2025. **Assinaturas: Mesa**: Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. **Conselheiros**: Celso Kiperman, Adriane Kiperman, Camilo Cabianca Ramos, Matheus Garcia Lino, Carlos Alberto Guerra Filgueiras, Rogério Frota Melzi, Luciano Brochmann e Paula Picinini. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. **CELSO KIPERMAN-**Presidente da mesa. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o no 11584115 em 04/02/2026 da Empresa QUARTIER PARTICIPACOES S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 255000936 - 30/12/2025. Autenticação: 992427A8DF38CF15B2D8218DAC2D7B8C5E6CD94F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO: 27 de janeiro de 2026, às 13h, na sede da Quartier Participações S.A. ("**Companhia**"), localizada na Rua Ernesto Alves nº 150, 1º andar, Setor B, bairro Floresta, CEP 90.220-190, na cidade de Porto Alegre (RS). **2.QUÓRUM DE PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3.CONVOCAÇÃO:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 16º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia. **4.COMPOSIÇÃO DA MESA:** Foram eleitos para compor a mesa diretora dos trabalhos o Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de Presidente e Secretária, respectivamente. **5.ORDEM DO DIA:** 5.1.Deliberar sobre a renúncia de Diretor da Companhia. 5.2.Deliberar sobre a eleição de Diretor da Companhia. **6.DELIBERAÇÕES:** 6.1. Foi homologada, pela unanimidade dos presentes, a renúncia apresentada pela Sra. **Adriane Kiperman**, inscrita no CPF sob o n° 675.942.390-91, ao cargo de Diretora sem designação específica da Companhia. Os presentes outorgam à Diretora renunciante, neste ato, a mais ampla, plena, geral e irrevogável quitação quanto ao exercício das suas funções durante o tempo em que permaneceu na condição de Diretora da Companhia. 6.2.Foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a eleição do Sr. **Matheus Garcia Lino**, inscrito no CPF sob nº 430.475.018-66, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para mandato até 26 de dezembro de 2026. 6.3.O Diretor ora eleito será investido no seu cargo mediante: a) a assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e b) a apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável, o que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data. Fica consignado que um dos cargos na Diretoria da Companhia permanecerá vago. **7.ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada, é assinada por todos os presentes. Porto Alegre (RS), 27 de janeiro de 2026. **Assinaturas: Mesa**: Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. **Conselheiros**: Celso Kiperman, Adriane Kiperman, Camilo Cabianca Ramos, Carlos Alberto Guerra Filgueiras, Rogério Frota Melzi, Luciano Brochmann, Paula Picinini e Matheus Garcia Lino. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. **CELSO KIPERMAN-**Presidente. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11652852 em 10/03/2026 da Empresa QUARTIER PARTICIPACOES S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 260838861. - 26/02/2026. Autenticação: 5CA8B8045D28B20B1D3C73A139FF7F44F857383. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

À QUARTIER PARTICIPAÇÕES S.A. -A/C Sr. Celso Kiperman - Porto Alegre (RS), 27 de janeiro de 2026. **Ref.: Renúncia ao cargo de Diretora sem designação específica** - Prezado Sr. Celso Kiperman, Eu, **Adriane Kiperman**, inscrita no CPF sob o n° 675.942.390-91, venho, por meio desta, comunicar que renuncio, nesta data, ao cargo de Diretora sem designação específica da **QUARTIER PARTICIPAÇÕES S.A.,** inscrita no CNPJ sob nº 10.370.032/0001-32, e registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300062597, com eficácia a partir desta data. Atenciosamente, **ADRIANE KIPERMAN.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11652849 em 10/03/2026 da Empresa QUARTIER PARTICIPACOES S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 260833975 - 26/02/2026. Autenticação: D264C99789BC13C89B2220D9FC3DE5675ACC74. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 93.169.340/0001-21 – NIRE 43 3 0003125 0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Paludo Participações S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.
Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais. Porto Alegre, RS, 27 de março de 2026. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**11.832**	18.264	**439.961**	539.970
Aplicações financeiras	5	**35.072**	16.288	**38.827**	18.402
Contas a receber de clientes	6	**-**	-	**490.056**	459.716
Ativo de contrato		**-**	-	**7.728**	3.421
Contas a receber de partes relacionadas	9	**-**	-	**596**	1.836
Estoques	7	**-**	-	**613.601**	719.714
Tributos a recuperar	8	**878**	656	**116.991**	132.462
Despesas antecipadas		**63**	67	**11.784**	10.718
Créditos com partes relacionadas	9	**5.012**	-	**1.210**	-
Dividendos a receber		**32.259**	66.804	**-**	-
Outras contas a receber		**629**	878	**31.750**	70.163
		85.745	102.957	**1.752.504**	1.956.402
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	**42.270**	100.036	**49.859**	112.670
Contas a receber de clientes	6	**-**	-	**85.193**	120.276
Ativo de contrato		**-**	-	**25.045**	24.709
Tributos a recuperar	8	**1.136**	-	**29.678**	26.475
Impostos diferidos	23	**4.058**	-	**-**	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	**-**	-	**81**	19.613
Créditos com partes relacionadas	9	**6.245**	12.698	**-**	-
Outros créditos	10	**176**	181	**107.227**	86.775
		53.885	112.915	**297.083**	390.518
Investimentos	11	**1.292.232**	1.399.351	**339.889**	517.082
Propriedades para investimento	12	**45.060**	45.483	**68.497**	66.993
Imobilizado	13	**102**	105	**807.593**	750.944
Intangível	14	**214**	214	**92.973**	78.722
Ativos de direito de uso	15	**-**	-	**18.436**	17.238
		1.391.493	1.558.068	**1.624.471**	1.821.497
Total do ativo		**1.477.238**	1.661.025	**3.376.975**	3.777.899

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	3.048	**293.889**	393.941
Fornecedores		**118**	297	**169.489**	267.379
Contas a pagar a partes relacionadas	9	**-**	-	**446**	-
Obrigações fiscais e sociais	17	**1.181**	1.966	**215.683**	168.327
Obrigações e provisões trabalhistas		**74**	454	**33.109**	33.552
Dividendos propostos	9/19.d	**42.345**	41.396	**45.174**	44.745
Débitos com partes relacionadas	9	**21.442**	-	**45.336**	3.158
Passivo de direito de uso	15	**-**	-	**8.056**	10.581
Outras contas a pagar		**-**	-	**46.602**	52.185
		65.160	47.161	**857.784**	973.868
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	8.476	**1.019.101**	1.081.481
Fornecedores		**-**	-	**-**	5
Instrumentos financeiros derivativos	24	**-**	-	**7.392**	1.790
Obrigações fiscais e sociais	17	**2.027**	2.672	**4.207**	7.234
Dividendos propostos	19.d	**45.000**	-	**45.000**	-
Débitos com partes relacionadas	9	**33.808**	40.147	**33.808**	60.493
Impostos diferidos	23	**-**	1.692	**28.080**	44.987
Provisão para litígios	18	**293**	293	**6.126**	4.224
Passivo a descoberto em controlada	11	**94**	238	**-**	-
Passivo de direito de uso	15	**-**	-	**11.655**	7.873
Outras contas a pagar		**4.792**	4.792	**5.014**	5.098
		86.014	58.310	**1.160.383**	1.213.185
Patrimônio líquido	19				
Capital social		**700.000**	700.000	**700.000**	700.000
Reservas de lucros		**588.514**	661.051	**588.514**	661.051
Ações em tesouraria		**(51.642)**	(21.612)	**(51.642)**	(21.612)
Outros resultados abrangentes		**89.192**	216.115	**89.192**	216.115
Total da participação dos controladores		**1.326.064**	1.555.554	**1.326.064**	1.555.554
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**32.744**	35.292
Total do patrimônio líquido		**1.326.064**	1.555.554	**1.358.808**	1.590.846
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.477.238**	1.661.025	**3.376.975**	3.777.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita operacional líquida	20	**3.855**	3.256	**2.841.447**	2.671.163
Custo dos produtos vendidos	21	**-**	-	**(1.922.641)**	(1.725.630)
Lucro bruto		**3.855**	3.256	**918.806**	945.533
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	**-**	-	**(251.456)**	**(277.740)**
Despesas administrativas e gerais	21	**(13.025)**	(6.741)	**(289.642)**	**(271.045)**
Resultado da equivalência patrimonial	11	**61.827**	142.206	**(72.405)**	**(129.299)**
Outras receitas (despesas) líquidas	21	**(17.619)**	(5.268)	**(35.245)**	**13.294**
Resultado operacional		**35.038**	133.453	**270.058**	280.743
Receitas financeiras	22	**17.023**	40.862	**306.653**	392.723
Despesas financeiras	22	**(26.883)**	(18.751)	**(480.482)**	(419.392)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		**25.178**	155.564	**96.229**	254.074
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	**-**	(4.421)	**(66.465)**	(81.337)
Diferido	23	**5.750**	573	**13.290**	(10.554)
Lucro líquido do exercício		**30.928**	151.716	**43.054**	162.183
Atribuível a:					
Acionistas controladores				**30.928**	151.716
Acionistas não controladores				**12.126**	10.467
				43.054	162.183
Lucro por ação do capital social - em Reais		**1.147,37**	5.628,34		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**30.928**	151.716	**43.054**	162.183
Outros resultados abrangentes:				
Efeito ajuste reflexo de economia hiperinflacionária em controladas e filiais no exterior	**16.826**	4.793	**16.826**	4.793
Variação cambial de coligada e reflexa de controladas e filiais no exterior	**(137.883)**	387.280	**(137.883)**	387.281
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	**(90.129)**	543.789	**(78.003)**	554.257
Atribuível a:				
Acionistas controladores			**(90.129)**	543.789
Acionistas não controladores			**12.126**	10.468
			(78.003)	554.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

		Controladores										
			Reserva de lucros									
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Lucros a realizar	Total das reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		400.000	54.905	665.217	89.320	809.442	(30.030)	(172.057)	-	1.007.355	33.074	1.040.429
Realização líquida do custo atribuído-controlada	19.c	-	-	-	-	-	-	(3.901)	3.901	-	-	-
Outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	392.073	-	392.073	1	392.074
AFAC		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.499	3.499
Aumento do capital social	19.a	300.000	(35.855)	(264.145)	-	(300.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	11.242	(64.642)	53.400	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos	19.d	-	-	-	40.489	40.489	-	-	-	40.489	-	40.489
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	(46)	-	-	(46)	-	(46)
Cancelamento de ações	19.e	-	-	(8.464)	-	(8.464)	8.464	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	151.716	151.716	10.467	162.183
Destinações:												
Constituição de reserva legal	19.b	-	7.586	-	-	7.586	-	-	(7.586)	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	19.d	-	-	-	-	-	-	-	(36.033)	(36.033)	(2.817)	(38.850)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(629)	(629)
Dividendos adic. de anos anteriores propostos	19.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.303)	(8.303)
Constituição de reserva especial	19.b	-	-	111.998	-	111.998	-	-	(111.998)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		700.000	37.878	439.964	183.209	661.051	(21.612)	216.115	-	1.555.554	35.292	1.590.846
Aquisição de participação de minoritário		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.031)	(4.031)
Transação entre sócios		-	-	-	-	-	-	(2.019)	-	(2.019)	-	(2.019)
Realização líquida do custo atribuído-controlada	19.c	-	-	-	-	-	-	**(3.847)**	**3.847**	-	-	-
Outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	**(121.057)**	-	**(121.057)**	-	**(121.057)**
Aquisição de ações	19.e	-	-	-	-	-	**(40.268)**	-	-	**(40.268)**	-	**(40.268)**
Desistência de transferência de ações	19.e	-	-	-	-	-	**10.238**	-	-	**10.238**	-	**10.238**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	**30.928**	**30.928**	**12.126**	**43.054**
Destinações:												
Constituição de reserva legal	19.b	-	**1.547**	-	-	**1.547**	-	-	**(1.547)**	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	19.d	-	-	-	-	-	-	-	**(7.345)**	**(7.345)**	**(2.829)**	**(10.174)**
Dividendos adic. de anos anteriores propostos	19.d	-	-	-	**(99.967)**	**(99.967)**	-	-	-	**(99.967)**	**(7.814)**	**(107.781)**
Constituição de reserva especial	19.b	-	-	**25.883**	-	**25.883**	-	-	**(25.883)**	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**700.000**	**39.425**	**465.847**	**83.242**	**588.514**	**(51.642)**	**89.192**	-	**1.326.064**	**32.744**	**1.358.808**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**25.178**	155.564	**96.229**	254.074
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**448**	445	**73.765**	72.602
Baixa propriedade para investimento	**-**	-	**-**	400
Efeito Hiperinflação	**-**	-	**4.480**	(30.141)
Resultado nas baixas de investimento e imobilizado	**-**	-	**15.438**	12.766
Realização de ajuste a valor presente	**-**	-	**2.130**	1.246
Resultado da equivalência patrimonial	**(61.827)**	(142.206)	**72.405**	129.299
Perdas estimadas p/créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(699)**	(6.549)
Perdas estimadas para estoques obsoletos	**-**	-	**(2.424)**	1.738
Perdas estimadas em aplicações financeiras	**17.542**	-	**17.542**	-
Provisão para litígios	**-**	-	**1.902**	(3.014)
Variações em derivativos	**-**	-	**25.134**	(17.823)
Ganho na aquisição de investimento	**(14)**	-	**-**	-
Juros e atualização monetária s/empréstimos	**2.759**	4.484	**202.574**	245.404
	(15.914)	18.287	**508.476**	660.002
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	**-**	-	**5.841**	(122.097)
Estoques	**-**	-	**108.837**	(216.205)
Impostos a recuperar	**(1.358)**	93	**13.135**	(45.942)
Outras contas a receber	**258**	(1)	**16.895**	(69.740)
Dividendos recebidos	**83.030**	69.300	**16.226**	-
	81.930	69.392	**160.934**	(453.984)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	**(179)**	170	**(97.449)**	113.442
Obrigações fiscais e sociais	**(1.810)**	134	**2.252**	(13.325)
Outras contas a pagar	**-**	18	**(33.206)**	2.109
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(10.038)	**(24.831)**	(36.599)
	(1.989)	(9.716)	**(153.234)**	65.627
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**64.027**	77.963	**516.176**	271.645
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Em propriedades para investimento	**-**	-	**(2.410)**	(1.860)
Em aplicações financeiras	**21.440**	(102.615)	**24.844**	(50.150)
Em investimentos	**(2.745)**	(934)	**(2.534)**	3.499
Em imobilizado	**(22)**	(6)	**(146.068)**	(126.832)
No intangível	**-**	-	**(21.145)**	(20.188)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimento	**18.673**	(103.555)	**(147.313)**	(195.531)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aquisição de ações em tesouraria	**-**	(46)	**-**	(46)
Créditos com coligadas	**-**	(12.698)	**-**	-
Recebimento de empréstimos de coligadas e pessoas ligadas	**1.441**	-	**-**	3.506
Pagamento de empréstimos de coligadas e pessoas ligadas	**(16.425)**	(6.112)	**(21.151)**	(10.516)
Pagamentos realizados arrendamento	**-**	-	**(15.594)**	(14.369)
Pagamento de dividendos	**(61.363)**	(44.637)	**(72.526)**	(56.296)
Empréstimos e financiamentos tomados	**-**	-	**636.585**	713.010
Juros de empréstimos pagos	**(1.317)**	(1.932)	**(219.318)**	(172.557)
Pagamentos de empréstimo e financiamentos	**(11.468)**	(2.993)	**(776.868)**	(643.202)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento	**(89.132)**	(68.418)	**(468.872)**	(180.470)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(6.432)**	(94.010)	**(100.009)**	(104.356)
Caixa e equiv. de caixa - no início do exercício	**18.264**	112.274	**539.970**	**644.326**
Caixa e equiv. de caixa - no final do exercício	**11.832**	18.264	**439.961**	**539.970**
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(6.432)**	(94.010)	**(100.009)**	**(104.356)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Paludo Participações S.A. ("Companhia"), com sede na Av. Severo Dullius, 1395, 9º andar, Porto Alegre/RS, tem como objetivo representações comerciais, participações em outras sociedades, administração de imóveis, prestação de serviços a empresas controladas e coligadas. **1.1. Transações relevantes no exercício:** Aquisição de ações da própria Companhia: Em 17 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu 539 ações preferenciais de acionista minoritário, equivalente a 2% do capital social, conforme contrato de compra e venda de ações. O preço de compra foi de R$40.268, a ser pago em 3 parcelas anuais, R$10.001 na data da assinatura do contrato, R$15.134 até dez/2026 e R$15.133 até dez/2027. Transferência de ações: Em 02 de abril de 2025, foi assinado o termo de transferência de ações nominativas, ao qual determinou a transferência de quatro ações ordinárias de Miguel Paludo da controlada Borrachas Vipal S.A. para Paludo Participações S.A., que passa a ter 100% de participação societária. Aquisição de participação minoritária: Em 29 de agosto de 2025, foi assinado o contrato de compra e venda de ações ordinárias da controlada indireta Marangoni Tread Latino América S.A., para aquisição de 200.000 ações, equivalente a 20% do capital da investida pela controlada Borrachas Vipal S.A. A Controlada passou a deter 100% de participação na sua controlada. O preço acordado pelas ações foi de R$2.534, equivalente a €400 (quatrocentos mil Euros). Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mudança em sua participação na controlada foi tratado no patrimônio líquido da Controlada, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3)/ IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas. Abaixo são demonstrados os valores na data da aquisição:

	Contraprestação	PL adquirido (i)	Mais valia
Compra de 20% das ações da controlada	2.534	(2.473)	**(5.007)**
Mais valia referente aos 20% dos não controladores	-	-	**2.988**
Total apropriado ao Patrimônio Líquido			**(2.019)**

(i) Valor do patrimônio líquido da controlada indireta na data de compra das ações.
Liquidação antecipada das debêntures: Em 22 de setembro de 2025, a controlada Borrachas Vipal S.A. comunicou ao mercado o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da sua 1ª (primeira) emissão. O pagamento foi realizado em 29 de setembro de 2025 no valor de R$432.620, sendo R$423.529 de principal, R$2.776 de juros e R$6.315 de prêmio.

2. Sumário das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos, gestão de riscos e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais. Todos os pronunciamentos em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras foram aplicados pela Companhia e suas Controladas. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa nº 3. A conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2026. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação Direta	
Empresas	**2025**	**2024**
Borrachas Vipal S.A.	100,000	99,998
BR Plast Participações Ltda	100,000	100,000
Vicêncio Paludo, Filhos & Cia Ltda	99,999	99,999
Vipal Participações Ltda	100,000	100,000

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo. As controladas em conjunto *(joint ventures)* Fate S.A.I.C.I e Fate Pneus do Brasil S.A., nas quais a Companhia possui participação de 49% e 51%, respectivamente, são *joint ventures* com parceiros argentinos e são registradas nas demonstrações financeiras da Companhia através do método de equivalência patrimonial, conforme prevê o CPC 19 (R2) / IFRS 11 - Negócios em Conjunto Investimento em empreendimentos em conjunto. **2.3. Participação em *Joint Ventures:*** A Companhia mantém participação em *joint ventures*, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades das Companhias. As demonstrações financeiras das *joint ventures* são preparadas para o mesmo período de divulgação. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia bem como para eliminar ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e as suas *joint ventures*. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. **2.4. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia e suas Controladas têm de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Abatimentos por volume (bonificação por performance comercial):* As Controladas oferecem abatimentos por volume para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. As Controladas também são partes de contratos nos quais entregam cargas bonificadas de produtos a clientes, tendo como contrapartida por parte desses clientes o atingimento de metas de compras durante um período determinado contratualmente. Os custos incorridos a título de bonificação são considerados custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com cliente e, portanto, são registrados como despesa antecipada no momento da entrega dos produtos e amortizado pelo tempo do contrato e conforme o atingimento das metas pelo cliente. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras da coligada e das controladas indiretas localizadas no exterior são convertidas para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. Economia hiperinflacionária: Para fins de conversão dos saldos contábeis das unidades na Argentina para a moeda de apresentação (Reais (BRL)) utilizada nas demonstrações financeiras contábeis da controlada Borrachas Vipal S.A., foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras:

- Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de $0,003792 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2025 ($0,006012 em 31 de dezembro de 2024); e
- Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de $0,003792 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2025 ($0,006012 em 31 de dezembro de 2024).

Correção Monetária por hiperinflação – CPC 42 /IAS 29: Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida no exercício de 2018 para as unidades da Controlada nesse país. A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 31,5% (117,8% em 31 de dezembro de 2024), conforme IPC. A controlada Borrachas Vipal S.A. efetuou a correção monetária na sua controlada Vipal S.A., sediada na Argentina, e em sua filial Borrachas Vipal Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária até o exercício de 2017 foram registrados em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 2025 no consolidado foi uma perda de R$7.577 (ganho de R$27.837 em 2024). Considerando que as Demonstrações Financeiras da coligada FATE S.A.I.C.I. não atendem as práticas adotadas no Brasil, o impacto da hiperinflação foi considerado como variação cambial e registrado em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 2025 foi uma perda de R$88.223 (ganho de R$343.646 em 2024). Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.6. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor de mercado. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Matérias primas, materiais de embalagens, intermediários e diversos: Valorizadas ao custo médio de aquisição. Produtos acabados e em elaboração: Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. **2.7. Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R3) / IAS 28, para fins de demonstrações financeiras da controladora. O investimento é deduzido de estimativa de perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Após reduzir até zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. **2.8. Imobilizado:** Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por *impairment*, quando aplicável. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **2.9. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis:** Ágio: O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de perda por desvalorização anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. Mais valia de ativos: Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é reclassificado para as rubricas correspondentes, no consolidado. Outros ativos intangíveis: São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. **2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **2.11. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **2.12. Tributação:** Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e,
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas	
	Controladora	**Consolidado**
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	7% a 18%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	-	0% a 18%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,6%	3% a 9,50%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%	0,65% a 2%
IVA - Imposto sobre Valor Adicionado (Exterior)	-	0,50% a 22%

Imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde a Coligada e as controladas da controlada Borrachas Vipal S.A. operam e geram resultado tributável. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Continua »»»

»»» Continuação

PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024** (Em milhares de reais)

2.13. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos:

- Os principais ativos financeiros reconhecidos são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ativos mensurados pelo custo amortizado.
- Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar, débitos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

2.14. Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.15. Arrendamento mercantil: A controlada Borrachas Vipal S.A. reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Controlada considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. A Controlada analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06(R2) / IFRS 16.

2.16. Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelos CPC/IFRS. A Companhia e suas controladas classificam dividendos recebidos como fluxos de caixa de atividades operacionais. Os dividendos pagos são demonstrados como fluxos de caixa de financiamento.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. *Impostos:* A Companhia e suas Controladas constituem provisões com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. *Provisões para litígios*: A Companhia e as Controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Disponibilidades	**15**	12	**58.093**	50.996
Aplicações em moeda nacional	**11.220**	15.924	**381.271**	484.241
Aplicações em moeda estrangeira	**597**	2.328	**597**	4.733
Total	**11.832**	18.264	**439.961**	539.970

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo representados, basicamente, por saldos de disponibilidades. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 são remuneradas a taxas de 92% a 107% do CDI (92% a 107% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Aplicações financeiras - CDB	**250**	15.447	**1.123**	16.169
Aplicação financeira - Capitalização	**52**	62	**193**	340
Aplicações em moeda estrangeira	**77.040**	100.815	**87.370**	114.563
	77.342	116.324	**88.686**	131.072
Circulante	**35.072**	16.288	**38.827**	18.402
Não circulante	**42.270**	100.036	**49.859**	112.670

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), vinculadas a empréstimos e financiamentos, remuneradas às taxas de 98% a 120%, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98% a 120% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As "aplicações em moeda estrangeira" referem-se, a aquisição de Debêntures com rendimentos de 6,25% a.a., e, títulos públicos argentinos, Bonos Bopreal, a Série 1 possui rendimentos de 5% a.a. e a Série 3 rendimentos de 3% a.a. Os títulos possuem vencimento entre fevereiro de 2026 e outubro de 2027 e estão classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. A Companhia possui aplicação no Banco Master S.A., no montante de R$17.792, cujo prazo de vencimento previsto é 21 de março de 2028. Em 18 de novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação do Banco Master de Investimentos S.A.. A Companhia reconheceu uma perda estimada no montante de R$17.542, mantendo o saldo de R$250 da aplicação financeira - CDB, valor a receber do Fundo Garantidor de Investimentos (FGC).

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Clientes mercado interno	**1.814**	1.814	**585.067**	573.203
Clientes mercado externo	**-**	-	**71.724**	92.832
	1.814	1.814	**656.791**	666.035
(-) Provisão p/créditos de liquid. duvidosa	**(1.814)**	(1.814)	**(81.542)**	(86.043)
Total contas a receber	**-**	-	**575.249**	579.992
Circulante	**-**	-	**490.056**	459.716
Não circulante	**-**	-	**85.193**	120.276

Os valores classificados no ativo não circulante referem-se às renegociações de créditos junto a clientes. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado. Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
A vencer	**-**	-	**539.100**	553.029
Vencidos:	**1.814**	1.814	**117.691**	113.006
De 1 a 30 dias	**-**	-	**48.801**	48.631
De 31 a 60 dias	**-**	-	**14.064**	10.569
De 61 a 90 dias	**-**	-	**10.255**	8.000
Há mais de 90 dias	**1.814**	1.814	**44.571**	45.806
Total	**1.814**	1.814	**656.791**	666.035

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo no início do exercício	**(1.814)**	(1.814)	**(86.043)**	(85.103)
Adições	**-**	-	**(21.879)**	(17.706)
Recuperações/realizações	**-**	-	**22.578**	24.255
Variação cambial	**-**	-	**3.802**	(7.489)
Saldo no final do exercício	**(1.814)**	(1.814)	**(81.542)**	(86.043)

7. Estoques:

	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Produtos prontos	**256.873**	323.525
Produtos em elaboração	**46.929**	48.417
Matérias-primas	**262.531**	310.251
Materiais de embalagem	**7.413**	8.296
Materiais intermediários e diversos	**43.791**	35.885
(-) Perda estimada	**(3.936)**	(6.660)
Total	**613.601**	719.714

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**(6.660)**	(4.387)
Adições	**(12.597)**	(7.484)
Reversões	**15.021**	5.746
Variação cambial	**300**	(535)
Saldo no final do exercício	**(3.936)**	(6.660)

8. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Imposto de renda	**729**	507	**36.334**	36.087
Contribuição social	**38**	38	**5.112**	7.234
ICMS sobre ativo imobilizado	**-**	-	**10.027**	8.510
PIS/COFINS sobre ativo imobilizado	**-**	-	**5.315**	4.541
ICMS	**-**	-	**17.825**	20.721
IPI	**-**	-	**4.466**	3.437
PIS/COFINS	**-**	-	**33.211**	46.072
Imposto sobre valor agregado	**-**	-	**6.989**	14.307
IRRF s/lucros do exterior	**1.136**	-	**1.136**	-
Outros	**111**	111	**26.254**	18.028
Total	**2.014**	656	**146.669**	158.937
Circulante	**878**	656	**116.991**	132.462
Não circulante	**1.136**	-	**29.678**	26.475

Imposto de renda e contribuição social: Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL os quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais. ICMS, PIS e COFINS sobre o imobilizado: São valores referentes à parcela do crédito fiscal incidente sobre as aquisições de imobilizado das Controladas tais como máquinas, equipamentos, construções, imóveis, e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos com a finalidade de utilização na produção de bens e/ou serviços destinados à venda. ICMS, PIS e COFINS: Referem-se a créditos gerados nas operações normais das Controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas é avaliada pela Administração das Controladas com base em projeções estimadas de vendas de produtos e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação. Os prazos estimados de realização desses ativos são em até 90 dias respeitando a competência para pedidos de ressarcimento.

9. Informações sobre partes relacionadas: Os saldos e transações mantidas pela Companhia com suas controladas e demais partes relacionadas são apresentadas a seguir:

	Controladora					
	Ativo circulante	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante (a)**	**Passivo não circulante (a)**	**Receitas**	**Despesas**
Borrachas Vipal S.A.	**5.012**	**6.245**	**-**	**-**	**451**	**-**
APFPAR Participações S.A.	**-**	**-**	**-**	**6.741**	**-**	**(989)**
IDIRPAR Participações S.A.	**-**	**-**	**15.134**	**15.133**	**-**	**-**
Vitapar Participações Ltda	**-**	**-**	**108**	**380**	**-**	**(68)**
Acionistas minoritários pessoas físicas	**-**	**-**	**6.200**	**11.554**	**-**	**(441)**
Totais em 31 de dezembro de 2025	**5.012**	**6.245**	**21.442**	**33.808**	**451**	**(1.498)**
Borrachas Vipal S.A.	-	12.698	-	-	2.492	-
APFPAR Participações S.A.	-	-	-	5.752	-	(752)
Vitapar Participações Ltda	-	-	-	535	-	(58)
Acionistas minoritários pessoas físicas	-	-	-	33.860	-	(1.729)
Totais em 31 de dezembro de 2024	-	12.698	-	40.147	2.492	(2.539)

	Consolidado							
	Ativo circulante		**Passivo Circulante**			**Passivo não circulante**		
	Contas a receber	**Créditos**	**Contas a pagar**	**Débitos com partes relacionadas (a)**	**Dividendos a pagar**	**Débitos com partes relacionadas (a)**	**Receitas**	**Despesas**
Alpar Participações Ltda	**-**	**1.210**	**-**	**-**	**2.829**	**-**	**-**	**-**
Cya Rubber Distribuidora Ltda	**585**	**-**	**435**	**-**	**-**	**-**	**1.464**	**-**
Fate Brasil	**11**	**-**	**11**	**-**	**-**	**-**	**69**	**(18)**
APFPAR Participações S.A.	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.741**	**-**	**(989)**
IDIRPAR Participações S.A.	**-**	**-**	**-**	**15.134**	**-**	**15.133**	**-**	**-**
Vitapar Participações Ltda	**-**	**-**	**-**	**108**	**-**	**380**	**-**	**(68)**
Acionistas minoritários pessoas físicas	**-**	**-**	**-**	**30.094**	**-**	**11.554**	**-**	**(4.347)**
Totais em 31 de dezembro de 2025	**596**	**1.210**	**446**	**45.336**	**2.829**	**33.808**	**1.533**	**(5.422)**
Alpar Participações Ltda	-	-	-	-	3.349	-	-	-
Cya Rubber Distribuidora Ltda	1.830	-	-	-	-	-	3.552	-
Fate Brasil	6	-	-	-	-	-	69	(10)
APFPAR Participações S.A.	-	-	-	-	-	5.752	-	(752)
Vitapar Participações Ltda	-	-	-	-	-	535	-	(58)
Marangoni S.P.A.	-	-	-	3.158	-	358	-	-
Acionistas minoritários pessoas físicas	-	-	-	-	-	53.848	-	(4.603)
Totais em 31 de dezembro de 2024	1.836	-	-	3.158	3.349	60.493	3.621	(5.423)

Termos e condições de transações com partes relacionadas: a) *Débitos com partes relacionadas:* A Companhia possui saldo a pagar a acionistas minoritários pessoas físicas referente ao contrato de compra e venda de ações, conforme mencionado na nota 19.e., com atualização à taxa de juros de mercado e prazo final previsto para maio de 2027.

Conforme descrito na Nota 1.1, em 17 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu 539 ações preferenciais da acionista minoritária Idirpar Participações S.A., pelo valor de R$40.268. A controlada Borrachas Vipal S.A. possui saldo de débitos com partes relacionadas pessoas físicas referente ao mútuo com acionista do grupo, com vencimento renegociado para julho de 2026.

A partir de 2024, a dívida está sujeita a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI mais 4,5% a.a. e, o inadimplente, está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, além dos juros de mora e demais despesas. b) *Outras operações:* O saldo de dividendos a pagar no consolidado (R$90.174) refere-se a dividendos obrigatórios da Companhia referente ao exercício de 2025 (R$7.345), dividendos adicionais aprovados em AGE realizada em 16 de dezembro de 2025 (R$80.000), da conta de Reserva de Lucros a realizar, e, dividendos a pagar pela controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. aos acionistas minoritários (R$2.829). Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração estão representados por dispêndios com benefícios de curto prazo que totalizam R$2.174 (R$1.153 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não possui remuneração em outras categorias de i) benefícios pós-emprego, ii) benefícios de longo prazo, iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iv) remuneração baseada em ações.

10. Outros créditos: O saldo registrado a rubrica de "outros créditos" no ativo não circulante do consolidado refere-se, principalmente, aos depósitos judiciais realizados pela controlada Borrachas Vipal S.A. e a sua controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. a fim de discutir a cobrança do Diferencial de Alíquota ICMS (DIFAL) nas operações interestaduais com mercadorias vendidas a consumidores finais não-contribuintes do ICMS. Em 31 de dezembro de 2025, possuía o montante de R$98.634 no Consolidado (R$79.732 em 31 de dezembro de 2024) depositados judicialmente, os quais estão provisionados conforme montante divulgado na nota 17.

11. Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Empresas controladas, coligada e sociedade controlada em conjunto	**1.292.232**	1.399.351	**-**	-
Empresas controladas, coligada e sociedade controlada em conjunto não consolidadas				
Fate S.A.I.C.I.	**-**	-	**326.492**	502.404
Fate Pneus do Brasil S.A.	**-**	-	**10.697**	11.639
Outros	**-**	-	**2.700**	3.039
Total	**1.292.232**	1.399.351	**339.889**	517.082
Passivo a descoberto em controladas	**94**	238	**-**	-
Total	**94**	238	**-**	-

	Borrachas Vipal S.A. (a)	**BR Plast Participações Ltda**	**Vicêncio Paludo, Filhos & Cia Ltda**	**Fate Sociedad Anonima Industrial, Comercial e Imobiliaria**	**Fate Pneus do Brasil S.A.**	**Totais 2025**	**Totais 2024**
Total de ativos	2.405.088	-	13.464	937.087	29.767	-	-
Total de passivos	1.456.500	94	5.421	270.778	8.792	-	-
Receita líquida	1.480.962	-	22.858	832.932	4.368	-	-
Capital social	470.000	255.000	540	492.959	10.010	-	-
Patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)	948.588	(94)	8.043	666.309	20.975	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	135.826	(2.601)	969	(145.842)	(1.848)	-	-
Percentual de participação (%)	100,000%	100,000%	99,999%	49,000%	51,000%	-	-
Saldos em 31/12/2024	878.234	(238)	7.074	502.404	11.639	1.399.113	928.071
Variação cambial/efeito de ajuste de economia hiperinflacionária reflexo	**(32.834)**	**-**	**-**	**(88.223)**	**-**	**(121.057)**	**392.073**
Integralização de capital social	**-**	**2.745**	**-**	**-**	**-**	**2.745**	**934**
Transação entre sócios reflexa	**(2.019)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.019)**	**-**
Ganho na aquisição de participação societária	**14**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14**	**-**
Resultado da equivalência patrimonial - realização do lucro na venda de propriedade para investimento	**38**	**-**	**-**	**-**	**-**	**38**	**39**
Resultado da equivalência patrimonial	**135.826**	**(2.601)**	**969**	**(71.463)**	**(942)**	**61.789**	**142.167**
Dividendos	**(32.259)**	**-**	**-**	**(16.226)**	**-**	**(48.485)**	**(64.171)**
Saldo final	**947.000**	**(94)**	**8.043**	**326.492**	**10.697**	**1.292.138**	**1.399.113**
Passivo a descoberto	**-**	**94**	**-**	**-**	**-**	**94**	**238**
Saldo final Investimentos	**947.000**	**-**	**8.043**	**326.492**	**10.697**	**1.292.232**	**1.399.351**

(a) Empresa auditada por outro auditor independente.

12. Propriedades para investimento: As propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico de aquisição, e comparadas periodicamente ao valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Terrenos, prédios e benfeitorias	**45.060**	45.483	**68.497**	66.993
Total de propriedades para investimento	**45.060**	45.483	**68.497**	66.993

13. Imobilizado:

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2023	**Adições**	**Depreciação**	**Saldos em 31/12/2024**	**Adições**	**Depreciação**	**Saldos em 31/12/2025**
Móveis e utensílios/equip. informática e Outros	120	6	(21)	105	**22**	**(25)**	**102**
Total	120	6	(21)	105	**22**	**(25)**	**102**

	Consolidado									
	Vida útil em anos	**Saldos em 31/12/2023**	**Adições**	**Depreciação**	**Baixas**	**Efeito hiperinflação**	**Variação cambial**	**Transferências**	**Saldos em 31/12/2024**
Terrenos	-	20.562	**-**	**-**	**(140)**	**2.527**	**47**	**-**	**22.996**
Prédios	55	183.724	**1.985**	**(6.465)**	**(49)**	**10.127**	**3.307**	**-**	**192.629**
Benfeitorias	42	3.674	**73**	**(70)**	**(19)**	**-**	**-**	**61**	**3.719**
Instalações Industriais	26	26.885	**224**	**(2.780)**	**(3)**	**3.585**	**21**	**1.668**	**29.600**
Máquinas/acessórios	21	289.479	**24.829**	**(41.503)**	**(2.771)**	**16.650**	**8.728**	**61.838**	**357.250**
Outros	9	10.382	**3.011**	**(5.042)**	**(399)**	**1.855**	**824**	**350**	**10.981**
Obras em andamento	-	90.818	**72.319**	**-**	**(6.255)**	**-**	**337**	**(48.075)**	**109.144**
Adiantamento a fornecedores	-	19.202	**24.391**	**-**	**(3.126)**	**-**	**-**	**(15.842)**	**24.625**
Total		644.726	**126.832**	**(55.860)**	**(12.762)**	**34.744**	**13.264**	**-**	**750.944**

	Consolidado								
	Vida útil em anos	**Saldos em 31/12/2024**	**Adições**	**Depreciação**	**Baixas**	**Efeito hiperinflação**	**Variação cambial**	**Transferências**	**Saldos em 31/12/2025**
Terrenos	-	22.996	**-**	**-**	**-**	**1.025**	**(1.677)**	**-**	**22.344**
Prédios	55	192.629	**698**	**(6.201)**	**-**	**3.793**	**(8.406)**	**14**	**182.527**
Benfeitorias	42	3.719	**22**	**(75)**	**(1.570)**	**-**	**-**	**-**	**2.096**
Instalações Industriais	26	29.600	**205**	**(2.927)**	**(47)**	**984**	**(2.336)**	**5.334**	**30.813**
Máquinas/acessórios	21	357.250	**17.470**	**(43.865)**	**(9.287)**	**5.955**	**(17.190)**	**34.293**	**344.626**
Outros	9	10.981	**2.291**	**(2.887)**	**(453)**	**519**	**(1.590)**	**144**	**9.005**
Obras em andamento	-	109.144	**108.893**	**-**	**(3.184)**	**-**	**-**	**(33.995)**	**180.858**
Adiantamento a fornecedores	-	24.625	**16.489**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.790)**	**35.324**
Total		750.944	**146.068**	**(55.955)**	**(14.541)**	**12.276**	**(31.199)**	**-**	**807.593**

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais das controladas.

14. Intangível:

	Consolidado											
	Saldos em 31/12/2023	**Adições**	**Baixa**	**Amortização**	**Variação cambial**	**Saldos em 31/12/2024**	**Adições**	**Baixa**	**Amortização**	**Variação cambial**	**Transferência**	**Saldos em 31/12/2025**
Goodwill	12.539	-	-	-	417	12.956	**-**	**-**	**-**	**12**	**-**	**12.968**
Mais valia de ativos	16.147	-	-	(1.383)	4.300	19.064	**-**	**-**	**(1.434)**	**(2.102)**	**-**	**15.528**
Maisa valia em tecnoligia	7.953	-	-	(1.491)	-	6.462	**-**	**-**	**(1.491)**	**-**	**-**	**4.971**
Marcas	12.829	5	-	(369)	-	12.465	**122**	**-**	**(369)**	**-**	**-**	**12.218**
Software	881	1.481	(4)	(899)	(3)	1.456	**858**	**-**	**(934)**	**-**	**1.754**	**3.134**
Intangível em andamento	7.369	18.691	-	-	-	26.060	**20.165**	**(557)**	**-**	**-**	**(1.754)**	**43.914**
Outros	245	11	-	(15)	18	259	**-**	**-**	**(19)**	**-**	**-**	**240**
Total	57.963	20.188	(4)	(4.157)	4.732	78.722	**21.145**	**(557)**	**(4.247)**	**(2.090)**	**-**	**92.973**

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos: *Ativos com vida útil indefinida:* Os ágios da controlada Borrachas Vipal S.A. encontram-se associados às seguintes unidades geradoras de caixa:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Marangoni North America (MTNA)	**11.897**	11.885
Vipal Indústria de Máquinas Ltda	**1.071**	1.071
	12.968	12.956

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano.

15. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:

Movimentação do ativo de direito de uso	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.841
Novos contratos	4.924
(+/-) Remensuração de contratos	2.627
(-) Depreciação	(11.707)
(-) Crédito PIS/COFINS	(768)
Variação cambial	321
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.238
Novos contratos	**9.923**
(+/-) Remensuração de contratos	**4.824**
(-) Depreciação	**(12.657)**
(-) Crédito PIS/COFINS	**(866)**
Variação cambial	**(26)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**18.436**

Movimentação do passivo de arrendamento	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.671
Novos contratos	4.924
(+/-)Remensuração de contratos	2.627
(+) Juros do contrato	1.246
(-) Pagamentos realizados	(14.369)
Variação cambial	355
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.454
Passivo circulante	10.581
Passivo não circulante	7.873
Novos contratos	**9.923**
(+/-) Remensuração de contratos	**4.824**
(+) Juros do contrato	**2.130**
(-) Pagamentos realizados	**(15.594)**
Variação cambial	**(26)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**19.711**
Passivo circulante	**8.056**
Passivo não circulante	**11.655**

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
2027	**5.552**
2028	**3.008**
2029	**2.490**
Acima de 2030	**605**
	11.655

16. Empréstimos e financiamentos: As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

			Controladora		Consolidado	
Capital de giro:	**Taxa média ponderada (i)**	**Indexador**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Em moeda nacional	17,22% a.a.	CDI/IPCA/Taxa fixa	**-**	11.524	**944.394**	600.145
Adiantamento de contrato de câmbio	7,51% a.a.	SOFR/Taxa fixa	**-**	-	**77.677**	114.240
Pré pagamento de exportação	17,70% a.a.	CDI/Taxa fixa	**-**	-	**99.040**	111.395
Finame	11,14% a.a.	TJLP/Taxa fixa	**-**	-	**191.879**	127.937
Debêntures (a)	15,15% a.a.	CDI/Taxa fixa	**-**	-	**-**	521.705
			-	11.524	**1.312.990**	1.475.422
Circulante			**-**	3.048	**293.889**	393.941
Não circulante			**-**	8.476	**1.019.101**	1.081.481

(i) A taxa média ponderada inclui o indexador.

A controlada Borrachas Vipal S.A. possui contratos de empréstimos que preveem o cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*") financeiras e não financeiras. A medição das cláusulas restritivas ocorre de forma trimestral. Em 31 dezembro de 2025, a Controlada estava atendendo o limite das cláusulas restritivas. Em 31 de dezembro de 2025, encontram-se dados em garantia de empréstimos e financiamentos os seguintes saldos:

	Consolidado
Hipotecas e alienação fiduciária de ativos imobilizados	**276.429**
Aplicações financeiras	**695**
Seguros garantias e cartas fianças	**133.299**
	410.423

Continua »»»

»»» Continuação

PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
	2025
2027	**338.594**
2028	**368.182**
2029	**136.085**
2030	**93.405**
2031	**40.171**
2032	**17.958**
Acima de 2033	**24.706**
	1.019.101

a) Debêntures: Referem-se à captação realizada pela controlada Borrachas Vipal S.A. em 20 de setembro de 2023 (1ª emissão) no montante total de R$600.000. As debêntures foram emitidas com prazo final de pagamento em setembro de 2028, com pagamentos trimestrais, carência do principal até novembro de 2023 e taxas de CDI + 4,5% a.a. Os custos de transação foram mensurados em R$18.584 e o custo efetivo (TIR) da transação em 17,81% a.a. Conforme nota 1.1, em 22 de setembro de 2025, a Controlada liquidou antecipadamente.

17. Obrigações fiscais e sociais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sociais s/folha de pagamento	**51**	112	**8.576**	8.155
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços	**-**	-	**11.160**	16.993
PIS/COFINS	**51**	87	**4.263**	5.201
Parcelamento ordinário - débitos Federais e Estaduais	**3.000**	3.534	**3.372**	4.132
Imposto de Renda	**-**	550	**61.342**	38.292
Contribuição Social	**-**	200	**23.648**	10.952
Imposto sobre Produtos Industrializados	**-**	-	**4.206**	3.739
Imposto sobre Valor Agregado	**-**	-	**5.277**	5.297
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (DIFAL) - Nota 10	**-**	-	**93.946**	72.800
Outros	**106**	155	**4.100**	10.000
	3.208	4.638	**219.890**	175.561
Circulante	**1.181**	1.966	**215.683**	168.327
Não circulante	**2.027**	2.672	**4.207**	7.234

Em 2024, a partir da alteração da Lei 14.789/23, o crédito presumido de ICMS concedido pela Bahia foi excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL com base no tema 1.182 do STJ. A controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 1003086-36.2024.4.01.3304) na 3ª Vara Federal de Feira de Santana-BA, obtendo liminar favorável em 21 de fevereiro de 2024. Apesar da decisão favorável e diante da incerteza jurídica, a controlada indireta optou por provisionar os valores excluídos, sendo R$55.664 para IRPJ e R$22.584 para CSLL em 31 de dezembro de 2025 (R$28.986 para IRPJ e R$10.482 para CSLL em 31 de dezembro de 2024).

18. Provisão para litígios: A Companhia e algumas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

	Controladora		Consolidado			
	Cível	Total	Tributário	Cível	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2023	293	293	500	1.162	5.576	7.238
Complementos e atualizações	-	-	23	34	674	731
(-) Reversões	-	-	(100)	(578)	(3.067)	(3.745)
Saldos em 31/12/2024	293	293	423	618	3.183	4.224
Complementos e atualizações	**-**	**-**	**1.357**	**70**	**1.240**	**2.667**
(-) Reversões	**-**	**-**	**(17)**	**(14)**	**(734)**	**(765)**
Saldos em 31/12/2025	**293**	**293**	**1.763**	**674**	**3.689**	**6.126**

O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de seus assessores jurídicos, para os quais, portanto, não foram constituídas provisão para litígios:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	**189**	198
Tributário	**520.234**	634.434
Cível	**2.762**	3.095
	523.185	637.727

Trabalhista: diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. Cíveis: A controlada Borrachas Vipal S.A. e as controladas indiretas Borrachas Vipal Nordeste S.A. e BR Plásticos Indústria Ltda figuram como rés em causas cíveis, objetivando desconstituir títulos de crédito e indenizações. Tributários: A controlada Borrachas Vipal S.A. e as controladas indiretas Borrachas Vipal Nordeste S.A. e BR Plásticos Indústria Ltda, figuram como rés em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios. (i) Glosa de créditos de ICMS referente a operações intercompany originárias de Estado incentivado: A controlada Borrachas Vipal S.A. obteve uma sentença favorável de 1º grau em 02/04/2024, reconhecendo a improcedência dos autos de infração expedidos. O montante envolvido na demanda é de R$122.241. (ii) Em 21 de julho de 2023 foram lavrados os autos de infração nº 10314-720.223/2023-10, 10314-720.232/2023-01 e 10314-720.234/2023-91 ao qual a Controlada foi apontada como responsável solidária sobre o valor aduaneiro das mercadorias exportadas em operações de performance realizadas no exercício de 2020 e 2021. A Companhia obteve decisão favorável e, em 27/02/2025, os processos 10314-720.223/2023-10 e 10314-720.234/2023-91 foram arquivados. O montante pendente totaliza R$114.488. Em paralelo, em 12 de julho de 2023 a Controlada foi individualmente penalizada com multa de 10% sobre os valores das exportações referente ao processo administrativo nº 10314-720.207/2023-19, no valor de R$31.006. (iii) Em 11 de abril de 2025 a Controlada recebeu o auto de infração n° 2692000003/25-6, referente diferenças no cálculo de apuração mensal do incentivo fiscal de ICMS pelo programa DESENVOLVE. O auto abrange o período de fevereiro de 2021 até dezembro de 2022 no montante de R$86.329 referente ao valor de principal, multa e juros. A Controlada ingressou com a defesa e aguarda julgamento. (iv) Créditos extemporâneos de PIS/COFINS: A Controlada apurou créditos extemporâneos de PIS/COFINS referentes aos exercícios de 2006 a 2010. Esses créditos decorreram em relação a (a) notas fiscais de materiais de manutenção; (b) despesas de frete nas operações de venda; (c) aquisição de bens móveis e imóveis vinculados à sua operação. Ofertada garantia de apólice de seguro para garantir/caucionar previamente o crédito tributário em discussão. O valor total em debate é de R$61.605. (v) A controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A., apresentou Declaração de Compensação (DCOMP) com base em decisão judicial transitada em julgado que reconheceu o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme entendimento consolidado no STF. O crédito habilitado, referente ao período de apuração de setembro de 2009 a fevereiro de 2017, totalizou R$68.794. Em setembro de 2025, a controlada recebeu o Despacho Decisório nº 2.503/2025 glosando parte do valor, no montante de R$48.303. A controlada ingressou com uma manifestação de inconformidade, requerendo a manutenção integral do crédito, que tramita sob o processo nº 10530.918471/2025-06.

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social totalizava R$700.000, representado por 26.955 ações nominativas, sendo 12.165 ações ordinárias nominativas e 14.790 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade a acionistas domiciliados no País. Em 09 de dezembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia, passando de R$400.000 para R$700.000, através da capitalização de R$35.855 da Reserva Legal e R$264.145 da Reserva Especial, sem a emissão de novas ações. b) Reservas de lucros: *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *Reserva especial:* Tem por finalidade assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais. *Lucro a realizar:* Montante remanescente de lucros retidos é objeto de proposta da Administração da Companhia para futura distribuição. O saldo das reservas de lucros, excetuadas as reservas de incentivos fiscais e reservas de lucro a realizar, é limitado ao capital social da Companhia, devendo quando houver excedente ao capital social ser levado à Assembleia Geral Ordinária para deliberação. c) Outros resultados abrangentes: *Custo atribuído ativo imobilizado:* A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o novo saldo do custo atribuído (*deemed cost*) registrado, líquidos dos efeitos tributários, de controladas e coligadas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. *Variação cambial de coligada e controladas indiretas no exterior:* A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos da variação cambial sobre os investimentos em empresas coligada e controladas indiretas domiciliadas no exterior de forma reflexa. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da ocorrência da alienação desses investimentos. A composição dos efeitos de variação cambial relacionados à controlada e filial no exterior são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Variação cambial reflexa de conversão de filiais no exterior	**(428)**	2	**(428)**	2
Variação cambial reflexa de conversão de controladas no exterior *e joint venture* - Nota 11	**(133.516)**	384.378	**(133.516)**	384.379
Variação cambial reflexa ágio de controlada indireta no exterior	**12**	417	**12**	417
Variação cambial reflexa mais valia de controlada indireta	**(3.951)**	2.483	**(3.951)**	2.483
	(137.883)	387.280	**(137.883)**	387.281

d) Dividendos: De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	**30.928**
Constituição de reserva legal	**(1.547)**
Base de cálculo dos dividendos	**29.381**
Dividendo mínimo obrigatório	**7.345**

Em 30 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária deliberou pelo pagamento dos dividendos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$36.033, e, dividendos adicionais, no montante de R$19.967, da conta de Reserva de Lucros a Realizar. Em 16 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a distribuição de dividendos no montante de R$5.000, a título de antecipação do resultado do exercício de 2025, com base nas demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2025, a serem pagos em 31 de janeiro de 2026. Aprovou também a distribuição de dividendos adicionais, no montante de R$80.000, da conta de Reserva de Lucros a Realizar, dos quais R$35.000 serão pagos em 2026 e o saldo de R$45.000 até 2028. e) Ações em tesouraria: Em 09 de dezembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o cancelamento de 433 ações preferenciais da Companhia, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital, permanecendo um saldo de 1.109 ações preferencias de acionistas minoritários, equivalente a 4,1% do capital social em 31 de dezembro de 2024. Em 2025, a Companhia desistiu da aquisição de 518 ações preferenciais que estavam pendentes de liquidação com as acionistas. O contrato previa a necessidade de desalienação e a entrega do imóvel de Jaguaré/SP, no montante de R$10.238. Diante da impossibilidade da desalienação, este imóvel permanecerá na empresa, e, o efeito desta operação reduziu o saldo a pagar com partes relacionadas e a conta de ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem um saldo de 447 ações em tesouraria, equivalente a 1,66% do capital social. Conforme nota 1.1, em 17 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu 539 ações preferenciais de acionista minoritário, equivalente a 2% do capital social, conforme contrato de compra e venda de ações. O preço de compra foi de R$40.268.

20. Receita operacional líquida: A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas e serviços	**4.248**	3.588	**3.722.863**	3.467.182
Devolução de vendas	**-**	-	**(116.151)**	(77.115)
Impostos sobre a venda	**(393)**	(332)	**(765.265)**	(718.904)
Receita operacional líquida	**3.855**	3.256	**2.841.447**	2.671.163

21. Despesas por natureza: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por função	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos	**-**	-	**(1.922.641)**	(1.725.630)
Despesas com vendas	**-**	-	**(251.456)**	(277.740)
Despesas administrativas e gerais	**(13.025)**	(6.741)	**(289.642)**	(271.045)
Outras (despesas) receitas, líquidas	**(17.619)**	(5.268)	**(35.245)**	13.294
	(30.644)	(12.009)	**(2.498.984)**	(2.261.121)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	**(448)**	(443)	**(52.032)**	(51.566)
Amortização de ativos de direito de uso	**-**	-	**(12.850)**	(11.783)
Amortização de mais valia de ativos	**-**	-	**(8.736)**	(9.324)
Despesas com pessoal	**(4.302)**	(5.396)	**(424.524)**	(387.866)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**-**	-	**(1.591.108)**	(1.414.164)
Fretes	**-**	-	**(117.252)**	(121.633)
Consultoria e assessoria	**(6.717)**	(1.648)	**(29.550)**	(27.662)
Bonificações em produto	**-**	-	**(25.496)**	(50.898)
Energia elétrica	**-**	-	**(30.713)**	(40.281)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**699**	6.431
Perdas estimadas p/aplicações financeiras	**(17.542)**	-	**(17.542)**	-
Outras despesas, líquidas	**(1.635)**	(4.522)	**(189.880)**	(152.375)
	(30.644)	(12.009)	**(2.498.984)**	(2.261.121)

22. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros recebidos de clientes	**23**	33	**24.707**	22.288
Descontos recebidos	**-**	-	**2.679**	3.879
Rendimentos em aplicações financeiras	**4.521**	2.648	**63.990**	63.084
Rendimentos em aplicações financeiras (exterior)	**4.729**	11.596	**4.729**	11.596
Ajuste de hiperinflação de controlada	**-**	-	**-**	27.837
Variação cambial ativa	**7.747**	26.584	**171.570**	211.226
Ganho em operações com derivativos	**-**	-	**19.532**	19.613
Outras receitas financeiras	**3**	1	**19.446**	33.200
	17.023	40.862	**306.653**	392.723
Despesas financeiras				
Juros passivos	**(2.565)**	(4.429)	**(15.317)**	(18.209)
Descontos concedidos	**-**	-	**(8.371)**	(3.100)
Juros sobre financiamentos	**(1.293)**	(1.945)	**(209.265)**	(159.378)
Impostos sobre operações financeiras	**-**	-	**(738)**	(1.787)
Variação cambial passiva	**(21.848)**	(9.706)	**(183.626)**	(217.037)
Ajustes de hiperinflação de controlada indireta	**-**	-	**(7.576)**	-
Perda em operações com derivativos	**-**	-	**(44.666)**	(1.790)
Despesas bancárias	**(13)**	(6)	**(4.054)**	(5.220)
Outras despesas financeiras	**(1.164)**	(2.665)	**(6.869)**	(12.871)
	(26.883)	(18.751)	**(480.482)**	(419.392)
	(9.860)	22.111	**(173.829)**	(26.669)

23. Imposto sobre o lucro: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**25.178**	155.564	**96.229**	254.074
Alíquota fiscal de 34%	**(8.560)**	(52.892)	**(32.718)**	(86.385)
- Resultado de equivalência patrimonial	**21.021**	48.350	**(24.618)**	(43.942)
- Tributos diferidos s/prejuízo fiscal e base negativa referente a exercícios anteriores	**-**	763	**-**	763
- Ajustes inovação tecnológica	**-**	-	**2.414**	4.044
- Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido	**(6.657)**	-	**(61.068)**	(10.077)
- Incentivos fiscais de controladas	**-**	-	**64.059**	47.357
- Juros sobre capital próprio	**-**	-	**-**	1.577
- Outros	**(54)**	(69)	**(1.244)**	(5.228)
	5.750	(3.848)	**(53.175)**	(91.891)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	(4.421)	**(66.465)**	(81.337)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**5.750**	573	**13.290**	(10.554)
Alíquota efetiva	**(22,84%)**	2,47%	**55,26%**	36,17%

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se:

	Controladora		Consolidado	
Ativo diferido	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Perdas estimadas em aplicações financeiras	**5.964**	-	**5.964**	-
Perdas estimadas em para litígios	**99**	99	**982**	574
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**617**	617	**12.723**	14.632
Provisão para participação nos lucros	**3**	28	**22**	62
Provisão para comissões	**-**	-	**1.449**	1.052
Lucros a realizar em controladas	**-**	-	**15.015**	19.480
Provisão para fretes	**-**	-	**725**	1.675
Exigibilidade suspensa s/obrigações fiscais	**-**	-	**26.558**	21.923
Provisão para honorários jurídicos	**-**	-	**5.593**	5.476
Outras provisões	**-**	-	**16.501**	7.196
Total ativo diferido	**6.683**	744	**85.532**	72.070
Passivo diferido				
Custo atribuído ativo imobilizado	**-**	-	**(20.312)**	(22.316)
Capitalização de juros	**-**	-	**(11.355)**	(5.190)
Arrendamento mercantil	**-**	-	**(1.589)**	(1.728)
Depreciação vida útil	**(2.625)**	(2.436)	**(40.996)**	(40.076)
Depreciação acelerada - fiscal	**-**	-	**(121)**	(181)
Imposto diferido sobre a mais valia	**-**	-	**(5.446)**	(11.664)
Compra vantajosa	**-**	-	**(3.679)**	(2.085)
Valor justo do imobilizado	**-**	-	**(7.698)**	(7.841)
Provisão ativo de contrato	**-**	-	**(5.620)**	(6.857)
Outras provisões	**-**	-	**(16.796)**	(19.119)
Total passivo diferido	**(2.625)**	(2.436)	**(113.612)**	(117.057)
Ativo (passivo) diferido, líquido	**4.058**	(1.692)	**(28.080)**	(44.987)

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: Classificação dos instrumentos financeiros: A controlada Borrachas Vipal S.A. mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Controlada não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia e suas Controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Gerenciamento de risco: As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco das Controladas, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da controlada Borrachas Vipal S.A.. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto às políticas ou processos em 31 de dezembro de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024. A Controlada possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: *Risco de crédito*: Decorre da possibilidade de a Controlada sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Controlada adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Controlada somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Controlada registra perdas para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Controlada de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas Controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos das Controladas. Para mitigar esses riscos, as Controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. *Risco de taxa de juros:* Com finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos das Controladas foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas projetadas pelo Banco Central para o ano seguinte, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50% respectivamente.

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas Controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2025 com perda de 11,14%. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, as Controladas tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas.

As Controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Abaixo está demonstrada a exposição cambial da Companhia e Controladas para operações em moedas estrangeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	**14.109**	16.663	**59.052**	83.717
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos e euros	**-**	-	**(20.895)**	(27.947)
C. Superávit/Déficit apurado (A+B)	**14.109**	16.663	**38.157**	55.770

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US$ (obtidas junto ao banco central), mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro Consolidado antes da tributação (e do patrimônio líquido). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e Controladas, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

		Aumento de taxa		Redução de taxa	
Operação	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa		+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar	5,50	6,88	8,25	4,13	2,75
Superávit apurado	209.958	262.447	314.936	157.468	104.979
Efeito do lucro antes da tributação	-	52.489	104.978	(52.490)	(104.979)

Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e Controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e Controladas é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para ambas. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2025 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	**293.889**	**976.437**	**42.664**	**1.312.990**
Fornecedores	**169.489**	**-**	**-**	**169.489**
	463.378	**976.437**	**42.664**	**1.482.479**

Instrumentos financeiros derivativos: A controlada Borrachas Vipal S.A. avalia constantemente a contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar riscos inerentes à sua operação. Em 2025 e 2024, a Controlada contratou operações de swap, visando a proteção da variação cambial de empréstimos contratado em moeda estrangeira. Abaixo estão apresentados os ganhos e perdas alocados no resultado financeiro, por seu valor justo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

			Consolidado	
Instrumento	Notional	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Swap cambial	99.725	18/06/2029	**(573)**	9.756
Swap cambial	24.407	15/08/2028	**81**	2.564
Swap cambial	20.000	17/09/2029	**(611)**	(1.790)
Swap cambial	109.000	29/09/2028	**(3.585)**	7.293
Swap cambial	29.608	17/07/2028	**(1.089)**	-
Swap cambial	27.215	16/09/2030	**(453)**	-
Swap cambial	65.550	15/10/2029	**(1.081)**	-
			(7.311)	17.823
Ativo			**81**	19.613
Passivo			**(7.392)**	(1.790)

Gestão de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as Controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as Controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos da Companhia e de suas Controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. A relação endividamento líquido sobre o patrimônio líquido consolidado da Companhia é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	**1.312.990**	1.475.422
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(439.961)**	(539.970)
(-) Aplicações financeiras	**(88.686)**	(131.072)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	**7.311**	(17.823)
Dívida líquida (A)	**791.654**	786.557
Total do patrimônio líquido (B)	**1.358.808**	1.590.846
Relação endividamento líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	**0,58**	0,49

25. Subvenções governamentais: A controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste goza de incentivos fiscais descritos abaixo. Desenvolve: O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o qual foi concedido à Controlada Indireta. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, não sendo mais necessária a constituição de reserva de patrimônio líquido ou a tributação de imposto sobre sua distribuição mediante a medida judicial do processo nº 1017128-66.2019.4.01.3304. Em 2025, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da Controlada Indireta, foi de R$42.363 (R$106.054 em 2024). A partir de maio de 2025, a controlada indireta passa a não utilizar mais esse incentivo. PROIND: Em maio de 2025, a controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. migrou do Programa Desenvolve para o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND, regulamentado pelo Decreto n. 18.802/2018 o qual, prevê (i) diferimento do lançamento e do pagamento do imposto nas situações que especifica; e, (ii) concessão de 80% de crédito presumido de ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor de cada período fiscal como redutor do imposto apurado, em relação às operações de saída de pneus de motocicletas, bandas de recapagem para pneus pré-moldados e compostos. A migração foi formalizada por meio da Resolução n. 069/2025, editada pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA, com prazo de vigência de 01/05/2025 até 30/11/2030. Aplica-se ao programa PROIND, o piso anual fixo de R$29.886 corrigido pelo índice do IPCA e, caso a Companhia não atinja o valor do piso, terá que complementar o mesmo até 31 de janeiro do ano seguinte. A controlada indireta não constituirá reserva de incentivo fiscal para o crédito presumido de ICMS PROIND, uma vez que, possui decisão liminar pela não incidência do IRPJ e CSLL. O Conselho Deliberativo do Desenvolve editou a Resolução n. 051/2025 para o efeito de revogar a Resolução n. 168/2018 que outorgava os benefícios do Desenvolve/BA. Desta forma, a Controlada indireta passa a utilizar os benefícios fiscais do PROIND e o montante total relativo a este incentivo, registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R$92.342. Incentivo de reinvestimento: Conforme o Art. 27 da Portaria nº 283/2013 do Ministério de Integração Nacional, as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação nas áreas da SUDENE possuem benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2028. Em 2025, não houve aproveitamento deste incentivo registrado no resultado do período na Controlada indireta (R$2.246 em 2024). Lucro da exploração: Com fundamento no art.32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art. 6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis à Controlada Indireta, calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário de 2018. No ano de 2024, a Controlada Indireta obteve a nova renovação do direito da redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração, conforme Laudo Constitutivo nº 0039/2024, expedido pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. A renovação é válida até dezembro de 2033. Os valores apurados a título de incentivo estão registrados por competência no resultado do exercício da controlada indireta, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido. Em 2025, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da controlada indireta, foi de R$54.916 (R$43.319 em 2024).

26. Participação em sociedade controlada em conjunto *(Joint Venture)*: A Companhia possui participação acionária de 49% na FATE S.A.I.C.I. e 51% na FATE Pneus do Brasil S.A., sendo elas *joint ventures* que se dedicam a fabricação e comercialização de pneus, respectivamente. A composição dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, bem como das receitas e despesas, das entidades controladas em conjunto é a seguinte:

	FATE S.A.I.C.I.		FATE Pneus Brasil S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	**391.241**	951.691	**15.309**	16.666
Ativo não circulante	**545.846**	649.759	**14.458**	14.939
Passivo circulante	**200.665**	456.735	**397**	387
Passivo não circulante	**70.113**	119.402	**8.395**	8.395
Patrimônio líquido	**666.309**	1.025.313	**20.975**	22.823
Receita líquida	**832.932**	1.921.045	**4.368**	7.790
Custo dos produtos vendidos	**(613.163)**	(1.359.462)	**(3.556)**	(7.232)
Receitas e despesas operacionais	**(432.323)**	(905.617)	**(2.659)**	(3.199)
Impostos sobre lucro	**66.712**	83.983	**(1)**	(1.034)
Prejuízo do exercício	**(145.842)**	(260.051)	**(1.848)**	(3.675)

27. Cobertura de seguros: A Companhia e suas Controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.

	Limite
Risco	2025
Incêndio e riscos diversos	**1.487.539**
Lucros cessantes	**237.375**
Responsabilidade civil administradores	**50.000**
Responsabilidade civil geral	**10.000**

28. Eventos subsequentes: Em 19 de novembro de 2025, a controlada Borrachas Vipal S.A. assinou dois contratos de financiamento no montante de R$199.676, com taxa de juros de 3,50% a 4,10% a.a., e, prazo de pagamento de 5 anos. A disponibilização dos recursos ocorreu em parcela única na data de 23 de janeiro de 2026.

Em 18 de fevereiro de 2026, a Administração da coligada FATE S.A.I.C.I., localizada na Argentina, comunicou ao mercado o encerramento das atividades de fabricação de pneumáticos em sua planta industrial. Nesta data, os efeitos desse evento não são passíveis de mensuração e não gerou ajustes nos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Conselho de Administração

Arlindo Paludo - Presidente
Miguel Paludo - Vice-Presidente
Marcelo Berbigier Weber - Conselheiro

Diretoria

Arlindo Paludo - Diretor Presidente
Nadir Luiz Guidolin - Diretor Executivo

Área Contábil

Cleusa Vendramin Telles
Gerente Contábil - CRC RS - 072781/O-0 - CPF 540.876.270-04

Continua »»»

»»» Continuação

PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Paludo Participações S.A.** Porto Alegre - RS.

Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Paludo Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Paludo Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:

Investimentos: Os valores dos investimentos na coligada Fate S.A.I.C.I., estão detalhados na nota explicativa "11". No entanto, esses valores não foram convertidos para atendimento da totalidade das práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB), cujos efeitos nos Investimentos, Resultado do Exercício e, por consequência no Patrimônio Líquido, não foram possíveis quantificar. As demonstrações financeiras da coligada foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers – PwC, de acordo com as práticas contábeis adotadas na Argentina, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025, sem modificação de opinião, considerando que os encerramentos dos exercícios são diferentes do Brasil. O período de julho a dezembro de 2025 não foi auditado até a presenta data. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ênfase: Chamamos a atenção para as informações divulgadas na nota explicativa "28 - Eventos Subsequentes", na qual consta a informação de que a coligada FATE S.A.I.C.I, localizada na Argentina, comunicou ao mercado o encerramento das atividades de fabricação de pneumáticos em sua planta industrial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os eventuais efeitos desse evento não são passíveis de mensuração e/ou reconhecimento nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2026.

MÜLLER&PREI

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RS Nº 006472/O-1
GEORGE ANGNES - Contador - CRC/PR 42667/O-1
MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RS Nº 006472/O-1
FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR - Contador CRC/PR N° 053251/O-8 T/RS S/PR

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS RENNER S.A.

CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848

Companhia Aberta de Capital Autorizado

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 29 de abril de 2026, às 13h, em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital**, por meio de participação: (i) via Boletim de Voto à Distância, ou (ii) via Plataforma Eletrônica, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 6. eleger os membros do Conselho Fiscal; 7. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações Gerais**: 1. Em atenção ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes, pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram publicadas no dia 10 de março de 2026, no "Jornal do Comércio" (Porto Alegre) - impresso e online. 2. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente Boletim de Voto à Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, depositário central, banco escriturador ou diretamente à Companhia, sendo que, neste caso, a Plataforma Eletrônica disponibilizada pela Companhia será o único meio de envio de Boletim de Voto à Distância à Companhia. Orientações detalhadas a respeito do preenchimento e envio do Boletim de Voto podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração e no próprio Boletim de Voto. 3. Adicionalmente, o acionista e/ou representante legal que desejar participar da Assembleia virtualmente, por meio da Plataforma Eletrônica disponibilizada pela Companhia, deverá enviar **impreterivelmente até às 23:59 do dia 27 de abril de 2026**, por meio do endereço eletrônico: *https://assembleia.ten.com.br/171416560* sua solicitação de cadastro e fornecer toda a documentação obrigatória, a saber: (i) Pessoa física: (a) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); e (b) documentos que comprovem os poderes de representação, no caso de procurador constituído; (ii) Pessoa Jurídica ou Fundo de Investimento: (a) documento de identidade com foto do seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); (b) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ou, no caso de Fundo de Investimento, o regulamento consolidado e atualizado; e (c) documentos que comprovem os poderes de representação. Em caso de representação por meio de procurador, deverão ser observadas as orientações adicionais, indicadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. Informações adicionais a respeito do acesso ao sistema eletrônico e da participação virtual podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas. 5. Os acionistas encontrarão todos os documentos e informações necessárias para participação na Assembleia e para melhor entendimento das matérias constantes na ordem do dia no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração, divulgado no site da Companhia https://ri.lojasrenner.com.br/ e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à Assembleia.

Porto Alegre, RS, 27 de março de 2026.

Carlos Fernando Souto

Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ nº 93.015.006/0001-13 | NIRE nº 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Porto Alegre, 30 de março de 2026.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente

Ivo José Zaffari
Diretor Superintendente

PUBLICIDADE LEGAL

REAL EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ 92.213.552/0001-04 - NIRE 43.300.011.429
E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026**, às **15:00 horas**, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

Augusto Lauro de Oliveira Júnior - Presidente do Conselho de Administração

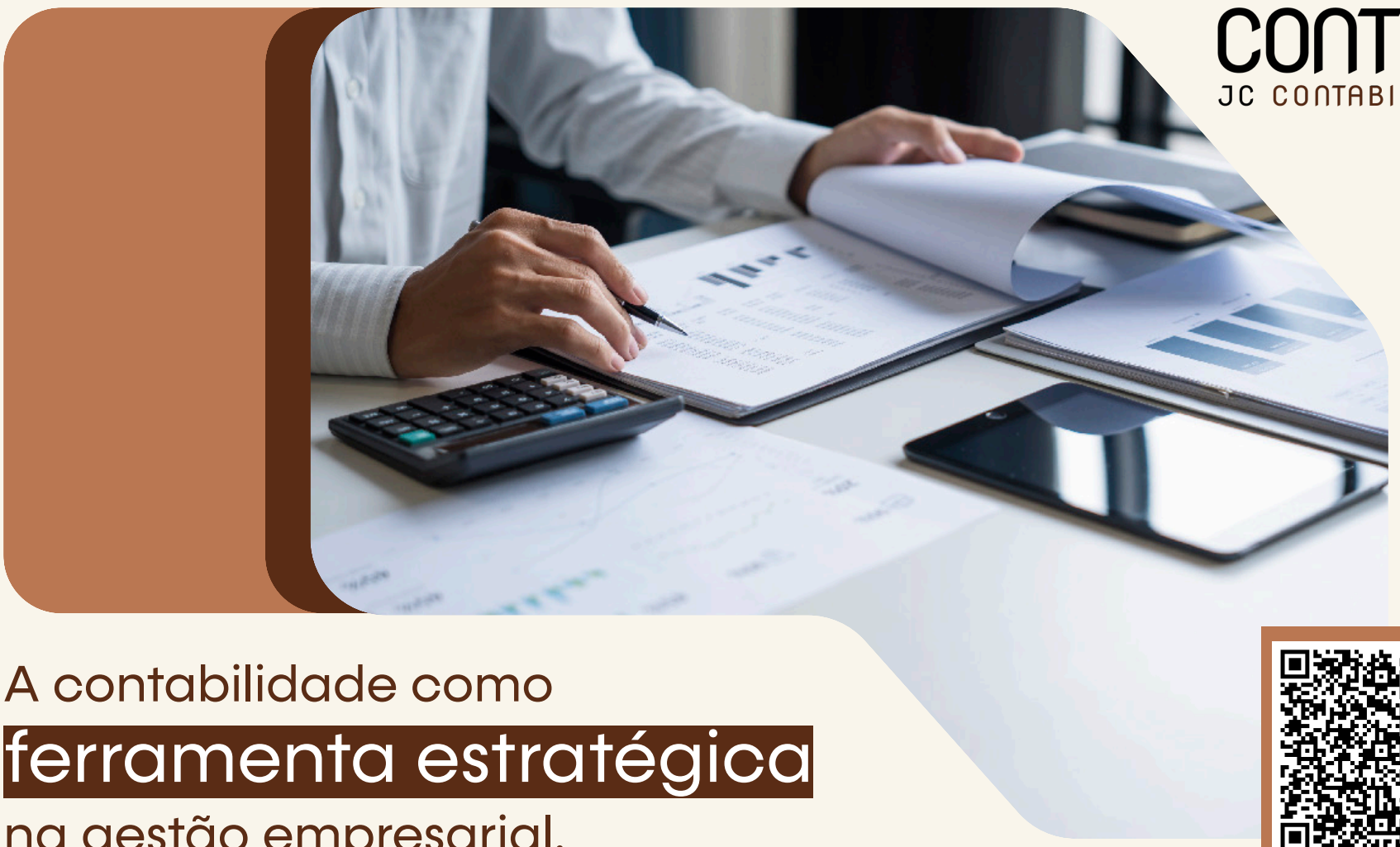
PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES
CNPJ 01.093.994/0001-09
NIRE 43.300.034.381
Assembleia Geral Ordinária
E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026**, às **17:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

A Diretoria
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira



A contabilidade como
ferramenta estratégica
na gestão empresarial.

Assine o JC

Assine o Jornal do Comércio, tenha acesso ao JC Contabilidade e acompanhe análises e informações que impactam o seu negócio.

JC Contabilidade. Toda quarta-feira, no Jornal do Comércio.

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES
CNPJ 87.456.562/0001-22 - NIRE 43.300.009.882

E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O **Assembleia Geral Ordinária**

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026**, às **16:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, uma vez que representa o principal local de condução das atividades corporativas da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores. Em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22.03.2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento). Ainda, de acordo com o previsto nas Resoluções CVM 70, de 22.03.2022, e 204, de 04.06.2024, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) das ações com direito a voto e 2% (dois por cento) das ações sem direito a voto. Por fim, a Companhia comunica sua intenção de não disponibilizar o boletim de voto à distância, em atenção ao previsto na Resolução CVM 204, de 04.06.2024, ressalvada a oposição por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social, mediante manifestação escrita dirigida ao Diretor de Relações de Investidores, até 25 (vinte e cinco dias) antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

Augusto Lauro de Oliveira Júnior - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL
CNPJ 92.192.236/0001-95
NIRE 43.300.016.901
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026**, às **17:15 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

A Diretoria
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.

CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

Relatório da Administração: A Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A (TSB), criada com o objetivo de integrar a malha de gasodutos entre o Brasil e a Argentina, visando ampliar a flexibilidade de fornecimento de gás natural, especialmente para a região Sul do Brasil, segue enfrentando o desafio estrutural de concluir essa interligação. A efetiva integração do sistema depende da implantação da Fase 2 do Gasoduto Uruguaiana - Porto Alegre, que conectará o Trecho 1, em Uruguaiana (RS), ao Trecho 3, localizado no Polo Petroquímico de Triunfo (RS), servindo como "ponte" entre a Argentina e o grande mercado demandante de energia que é a região sudeste. Em 2025, o cenário de produção de gás não convencional em Vaca Muerta, na Argentina, manteve trajetória de crescimento, reforçando o grande potencial de aumento da oferta de gás natural para o Brasil. Esse contexto continuou a estimular os agentes do mercado - distribuidores, comercializadores e consumidores livres - a acompanhar as condições necessárias para a viabilização do fornecimento de gás argentino ao mercado brasileiro. Esse ambiente sustenta a perspectiva de integração do mercado de gás natural no Cone Sul, no qual a TSB exerce papel estratégico. Em 2025, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgou, para Consulta Pública, o Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano, instrumento de planejamento setorial que avalia alternativas de expansão e integração da infraestrutura de transporte de gás no país. No referido Plano, o gasoduto da TSB, que detém autorização para construção e conclusão, é indicado como a rota mais eficiente e estruturante para viabilizar o escoamento do gás natural proveniente da Bacia de Vaca Muerta, na Argentina, até o mercado brasileiro, reforçando o papel estratégico da Companhia no contexto da integração regional e da segurança energética nacional. Esta exposição da TSB como agente estratégico de conexão Argentina - Brasil exigiu da diretoria participação frequente nos vários fóruns de avaliação e discussão da integração energética do Cone Sul, com intensas trocas de fundamentos e conhecimento da indústria do gás. No exercício, observou-se também a ampliação do perfil de contratação do serviço de transporte da Companhia, em decorrência do ingresso de consumidores livres no mercado de gás natural. A TSB, que desde o início de suas operações contou com um único cliente carregador, passou a atender um novo carregador em função da cessão, por parte do cliente original, de parcela da capacidade de transporte contratada a um de seus clientes. Em decorrência dessa operação, o novo carregador firmou com a TSB contratos firmes de prestação de serviço de transporte, vigentes até 31 de dezembro de 2025, ainda que tal movimento não representasse aumento da demanda total por capacidade de transporte, uma vez que se tratou exclusivamente de redistribuição da capacidade previamente contratada. No exercício, a Companhia deu continuidade às atividades relacionadas à Oferta e Contratação de Capacidade de Transporte, mantendo os contratos firmes de entrada e de saída vigentes, em conformidade com a regulamentação aplicável, bem como acompanhando as discussões regulatórias e os preparativos para o próximo ciclo tarifário (2026-2030). No final de 2025, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) comunicou ao mercado a postergação, para 2026, da conclusão da análise das propostas apresentadas pelos transportadores no âmbito do ciclo tarifário 2026-2030. Em decorrência dessa decisão regulatória, as operações de transporte de gás natural no exercício de 2026, até que se conclua a regulamentação necessária para o próximo ciclo tarifário, serão regidas por contratos de caráter extraordinário. Nesse contexto, a TSB firmou, em dezembro de 2025, contratos extraordinários de prestação de serviço de transporte com seus clientes, válidos para o exercício de 2026. As operações permaneceram concentradas no Trecho 3 do gasoduto, com a manutenção dos padrões de segurança, confiabilidade e integridade operacional. No exercício de 2025, o volume total transportado pela Companhia foi de 152,4 milhões de metros cúbicos (MM m³), em comparação aos 189,4 MM m³ registrados em 2024. No Trecho 1, embora não tenha havido transporte de gás ao longo do ano, a Companhia seguiu atendendo às condições de mercado, regulatórias e operacionais necessárias para retomada do fluxo de gás, inclusive em caráter extraordinário, de forma alinhada às demandas do setor energético. Durante 2025, a TSB avançou de forma consistente no fortalecimento de suas práticas de governança corporativa, gestão de riscos e compliance. Destacam-se os progressos na implementação e consolidação de ferramentas de gestão, no aprimoramento dos controles internos, na evolução dos processos de segurança da informação e tendo concluído as ações voltadas à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). No âmbito operacional, a Companhia prosseguiu com ações voltadas à preservação da integridade dos ativos, à melhoria dos processos de operação e manutenção com destaque para implementação de sistemas de medição nos pontos de recebimento e entrega do gasoduto, reforçando a confiabilidade das informações operacionais e a eficiência do serviço prestado. Do ponto de vista econômico-financeiro, a TSB apurou lucro líquido no exercício de 2025 no montante de R$ 2.929 mil, valor que se encontra à disposição para deliberação quanto à distribuição de dividendos, em conformidade com as decisões societárias e com a política de distribuição de resultados da Companhia. Para os próximos exercícios, a Administração espera dar continuidade ao aprimoramento das práticas de gestão e governança, avançar na consolidação do programa de gestão de riscos, concluir a implementação de ferramentas digitais de apoio às atividades de operação e manutenção e acompanhar de forma ativa as oportunidades e desafios relacionados à integração do mercado de gás natural na região Sul do Brasil. Porto Alegre, 30 de janeiro de 2026. Diretoria da TSB.

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma). *As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	16.941	9.099
Contas a receber de clientes	5	1.503	1.343
Impostos a recuperar	6	153	84
Outras contas a receber		205	114
Total do ativo circulante		**18.802**	**10.640**
Não circulante			
Imobilizado	7	6.467	7.598
Intangível	8	425	513
Total do ativo não circulante		**6.892**	**8.111**
Total do ativo		**25.694**	**18.751**

Passivo e patrim. líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	9	370	287
Obrig. sociais e trabalhistas	10	470	459
Obrigações tributárias		341	284
Provisões a pagar	11	9.306	3.066
Outras contas a pagar		47	59
		10.534	**4.155**
Não circulante			
Fornecedores	9	332	332
Provisão para contingências	12	270	270
		602	**602**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	9.692	9.692
Reservas de lucros	13	4.866	4.302
		14.558	**13.994**
Total do pass. e do patrim. líq.		**25.694**	**18.751**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**9.692**	**1.938**	**4.282**	**-**	**15.912**
Dividendos pagos	-	-	(4.282)	-	(4.282)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.812	6.812
Destinações:					
Dividendos antecipados	-	-	-	(4.448)	(4.448)
A disposição para prop.de divid. adicionais	-	-	2.364	(2.364)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**9.692**	**1.938**	**2.364**	**-**	**13.994**
Dividendos pagos	-	-	(2.364)	-	(2.364)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.929	2.929
Destinações:					
A disposição para prop.de divid. adicionais	-	-	2.929	(2.929)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**9.692**	**1.938**	**2.929**	**-**	**14.558**

Demonstração do Resultado

	Nota	2025	2024
Receita líq. serviços	14	**17.148**	**15.324**
(-) Custo dos serv. prest.	15	(4.410)	(4.105)
Lucro bruto		**12.738**	**11.219**
Receitas (desp.) operac.		**(10.372)**	**(4.611)**
(-) Desp. adm. e gerais	15	(4.353)	(3.903)
Outras rec./desp. operac.	16	(6.019)	(708)
Lucro antes do resultado financeiro		**2.366**	**6.608**
(+) Receitas financeiras	17	1.664	1.028
(–) Despesas financeiras	17	(12)	(9)
Lucro antes do IRPJ/CSLL		**4.018**	**7.627**
IR e contribuição social	18	(1.089)	(815)
Lucro líq. do exercício		**2.929**	**6.812**
Ações em circulação no final do exercício		80.500.000	80.500.000
Lucro Líq. por mil ações ordin.- básico e dil. - R$		**36**	**85**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.929	6.812
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do res. abrang. do exerc.	**2.929**	**6.812**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
Lucro líquido do exercício	**2.929**	**6.812**
Ajustes para reconciliação do resultado ao fluxo de caixa		
Depreciação e amortização	1.236	1.232
Resultado líquido do exercício ajustado	**4.165**	**8.044**
Variação de ativos - (aumento)/redução		
Contas a receber	(160)	86
Impostos a recuperar	(69)	(20)
Outras contas a receber	(92)	(6)
Var. de passivos - aumento/(redução)		
Fornecedores	83	65
Obrigações com pessoal e provisões	11	76
Impostos a recolher	57	(12)
Outras contas a pagar	(12)	31
Provisões a pagar	6.240	352
Caixa gerado pelas ativ. operacionais	**10.223**	**8.616**
Fluxo de caixa das ativ. de investim.		
Aumento ativo imobilizado	(17)	(13)
Caixa utilizado nas ativ. de investim.	**(17)**	**(13)**
Fluxo de caixa das ativ. de financ.		
Distribuição de dividendos	(2.364)	(8.730)
Caixa gerado pelas ativ. de financiam.	**(2.364)**	**(8.730)**
Caixa Líq. Gerado (Aplic.) no Exercício	**7.842**	**(127)**
Caixa e equiv. de caixa no início do período	9.099	9.226
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	16.941	9.099
Caixa Líq. Gerado (Aplic.) no Exercício	**7.842**	**(127)**

Demonstração dos Valores Adicionados

	2025	2024
Receitas	**17.148**	**15.324**
Vendas de serviços	17.798	15.904
Deduções das receitas brutas	(650)	(580)
Insumos adquiridos de terceiros	**10.836**	**5.289**
Custo dos serviços vendidos	3.175	2.874
Materiais, energia, serv. de terc. e outros	7.661	2.415
Valor adicionado bruto (1-2)	**6.312**	**10.035**
Depreciação e amortização	1.235	1.232
Valor adic. Líq. Prod. p/ entid. (3-4)	**5.077**	**8.803**
Valor adic. Recebido transferência	**1.660**	**1.031**
Receitas financ. e outras receitas	1.660	1.031
Valor adic. Total a distribuir (5-6)	**6.737**	**9.834**
Distribuição do valor adicionado	**6.737**	**9.834**
Pessoal	**2.254**	**1.805**
Remuneração direta	1.693	1.420
Benefícios	397	265
FGTS	134	113
Outros	30	7
Impostos, taxas e contribuições	**1.542**	**1.208**
Federais	1.534	1.198
Estaduais	-	2
Municipais	8	8
Remuneração de capital de terceiros	**12**	**9**
Despesas financeiras	12	9
Remuneração de capitais próprios	**2.929**	**6.812**
Dividendos	-	4.448
A disp. para proposta de divid. adicion.	2.929	2.364

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, constituída em 23 de março de 1999, cuja atividade consiste na prestação de serviço de transporte de gás natural através de gasoduto, de sua propriedade, que foi concebida para transportar gás natural da Argentina, interligando a malha de gasodutos daquele país ao sistema brasileiro de gasodutos, iniciando na cidade de Uruguaiana, na fronteira oeste do estado, até a cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. assumiu o desafio de transportar o gás natural, construindo e administrando o Gasoduto Uruguaiana - Porto Alegre. O projeto prevê 615 km de dutos no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 50 km já foram construídos na Fase 1. O desafio atual é viabilizar a segunda fase do gasoduto, Fase 2, que contempla a interligação do trecho entre Uruguaiana e o Polo Petroquímico de Triunfo. A conclusão do gasoduto da TSB proporcionará a interligação das jazidas do Brasil, da Argentina e da Bolívia, consolidando, assim, a integração do mercado de gás do Cone Sul, servindo como ponte até o maior mercado consumidor de energia, que é o sudeste brasileiro. A primeira fase do gasoduto (Fase 1) foi concluída em maio de 2000 e consistiu-se em dois trechos de 25 km, um trecho em cada uma das duas extremidades do gasoduto. Na extremidade oeste, o trecho da TSB está conectado com o gasoduto da Transportadora de Gás del Mercosur S.A. - TGM e, na sua extremidade leste, com o gasoduto da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia - Brasil S.A. - TBG. Estes investimentos de, aproximadamente, US$ 30 milhões, foram efetuados com recursos próprios. A vida útil desses ativos foi originalmente estimada em 10 anos; entretanto, em 2006, a Administração realizou estudos reavaliando essa estimativa para 30 anos. Até 31 de julho de 2025 a Companhia manteve Contratos de Serviço de Transporte Firme de Entrada e de Saída, na capacidade de 800 mil m3/dia, com o distribuidor local, no Trecho 3, transportando gás de Canoas até o Polo Petroquímico do Sul - Triunfo - RS. A partir de 01 de agosto de 2025 até 31de dezembro de 2025 a Companhia manteve Contratos de Serviço de Transporte Firme de Entrada e de Saída, na capacidade de 450 mil m3/dia com o distribuidor local e 350 mil m3/dia com comercializador livre, inaugurando assim um novo perfil de acesso à capacidade do gasoduto no Trecho 3. Em dezembro de 2025, nas tratativas do POCC 2025 (extraordinário), o distribuídor local e comercializador contrataram capacidade de 450 mil m3/dia. O regramento do novo ciclo tarifário 2026-2030 não foi concluído pela Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP). Em decorrência desta postergação o regulador determinou que as transportadoras utilizassem contratos extraordinários até que se complete o regulamento que orientará o processo de contratação de capacidade de transporte para o período 2026-2030. Esta sistemática implicará uma redução significativa da receita da TSB, para 2026. Em 2025 não houve contratação de serviço de transporte no Trecho 1, em Uruguaiana, para eventual suprimento à Termelétrica ali localizada A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. mantém em condições de retomada imediata suas instalações no Trecho 1, para operar assim que for demandada, com tarifa que deverá ser aprovada pela ANP também para esse Trecho. A TSB prepara para o ano de 2026 a atualização de seu sistema de medição nos Pontos de Entrada e Saída, com a troca de Medidores e Computadores de vazão no Ponto de Entrega do City Gate de Triunfo bem como instalação de Sistemas de Medição nos pontos de Recebimento nos City-Gates de Canoas e Uruguaiana. Em 2025 foram iniciadas atividades para melhorias na gestão fundiária das propriedades e faixas de servidão da Companhia incluindo: a) Digitalização de Registros de Imóveis (propriedades e faixas de servidão) (concluída), b) Extinção de condomínio e geração de matrícula específica para o terreno do City Gate de Uruguaiana (em andamento), c) conversão do georreferenciamento do sistema SAD 69 para SIRGAS2000 do Trecho 1. Em 2025 foi realizada uma reforma no sistema de Geração de Energia Elétrica Fotovoltaica no City-Gate de Triunfo, incluindo troca de placas solares, sistema de baterias e controladores. Realizamos também a troca dos anodos de sacrifício do sistema de proteção catódica do gasoduto de Uruguaiana. Destacamos em especial a consolidação/ atualização melhorias do nosso Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) e otimização das atividades de O&M através da implantação de Módulos Informatizados de Gestão de Documentos, Registros de Ocorrências/Inspeções e Gestão de Planos de Ação. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 06 de fevereiro de 2026 e será submetida à aprovação do Conselho de Administração. As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e normas contidas nas Resoluções NBC TG 1000 (R1) / 2016 e NBC TG 27 (R3) / 2015, ambas do Conselho Federal de Contabilidade. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado. **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.4 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. **3.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro presumido, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos contabilmente devido a Companhia estar se utilizando do método do lucro presumido para apurar seus débitos de imposto de renda e contribuição social. **3.6 Imobilizado:** O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas mencionadas na Nota 7. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Através das projeções do modelo econômico da Companhia, não há identificação de necessidade de provisões para perdas na realização do ativo imobilizado "*impairment*". **3.7 Intangível:** Os ativos intangíveis gerados internamente referem-se aos gastos com o projeto de engenharia do Gasoduto - Fase I, registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização, calculada pelo método linear, com base na vida útil definida de 30 anos, que leva em consideração os mesmos prazos estabelecidos para os demais ativos do Gasoduto - Fase I, registrados no Ativo imobilizado. Os demais ativos intangíveis são compostos por softwares, registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada pelo método linear, com base na vida útil adequadamente definida. **3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. **3.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **3.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **3.11 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.12 Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgadas em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas Demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2025	2024
Caixas	1	1
Aplicações financeiras	16.940	9.098
Total	**16.941**	**9.099**

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos, Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

5. Clientes:

	2025	2024
Cliente mercado interno	1.503	1.343
Total	**1.503**	**1.343**

A administração revisa as contas a receber, avaliando risco de recebimento e constitui provisão quando conclui haver alguma incerteza na realização. Em 2025 não houve necessidade de provisionamento (em 2024 também não).

6. Tributos a Recuperar: Referem-se a créditos de tributos estaduais e federais que são oriundos das atividades operacionais da Companhia.

Circulante	2025	2024
ISSQN a recuperar	1	2
Provisão para IR s/ aplic. financeiras	152	82
Total	**153**	**84**

7. Imobilizado: O Imobilizado está avaliado pelo valor original, depreciado pelas taxas fiscais e apresentado pelo valor residual.

	Gasoduto Fase 1	Equip.de Inform.	Móveis e Utensílios	Instalações	Veículos	Total
Taxas de Depreciação	**1,81% a 2,09%**	**20%**	**10%**	**10%**	**20%**	
Em 31/12/2023						
Custo Imobilizado	59.705	159	59	104	105	60.132
Depreciação acumulada	(51.124)	(128)	(58)	(85)	(7)	(51.402)
Valor líquido contábil	**8.581**	**31**	**1**	**19**	**98**	**8.730**
Adições	-	13	-	-	-	13
Depreciação	(1.110)	(9)	-	(5)	(21)	(1.145)
Baixas da depreciação	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	**7.471**	**35**	**1**	**14**	**77**	**7.598**
Em 31/12/2024						
Custo Imobilizado	59.705	172	59	104	105	60.145
Depreciação acumulada	(52.234)	(137)	(58)	(90)	(28)	(52.547)
Valor líquido contábil	**7.471**	**35**	**1**	**14**	77	**7.598**
Adições	-	17	-	-	-	17
Depreciação	(1.109)	(13)	(1)	(4)	(21)	(1.148)
Saldo Final	**6.362**	**39**	**-**	**10**	**56**	**6.467**
Em 31/12/2025						
Custo	59.705	189	59	104	105	60.162
Depreciação acumulada	(53.343)	(150)	(59)	(94)	(49)	(53.695)
Valor líquido contábil	**6.362**	**39**	**-**	**10**	**56**	**6.467**

8. Intangível: O Intangível está avaliado pelo custo amortizado pela finalização ou pelo valor original amortizado pela utilização.

	Proj. de Engen.	Software	Total
Taxas de Amortização	**1,81% a 2,09%**	**20%**	
Em 31/12/2023			
Custo	4.441	21	4.462
Amortização acumulada	(3.841)	(21)	(3.862)
Valor líquido contábil	**600**	**-**	**600**
Amortização	(87)	-	(87)
Saldo Final	**513**	**-**	**513**
Em 31/12/2024			
Custo Imobilizado	4.441	21	4.462
Amortização acumulada	(3.928)	(21)	(3.949)
Valor líquido contábil	**513**	**-**	**513**
Amortização	(88)	-	(88)
Saldo Final	**425**	**-**	**425**
Em 31/12/2025			
Custo	4.441	21	4.462
Amortização acumulada	(4.016)	(21)	(4.037)
Valor líquido contábil	**425**	**-**	**425**

9. Fornecedores: 9.1 Circulante: Esta conta é composta por prestadores de serviços e seguros para a execução do objetivo fim da Companhia. **9.2 Não Circulante:** O valor de R$ 332 refere-se ao acordo entre a CONFAB Industrial S.A., fornecedora dos tubos por ocasião da construção da Fase I do Gasoduto e a TSB quanto ao valor do diferencial de alíquota de ICMS recolhido ao Estado do Rio Grande do Sul. A TSB recolheu a totalidade do referido diferencial e glosou das faturas da CONFAB, uma vez que o contrato de fornecimento ("*Engineering, Procurement and Construction*") previa que a totalidade dos impostos seria por conta do fornecedor dos tubos. No acordo, a TSB devolveu a metade da importância retida, ficando a outra metade para ser negociada quando ocorrer a construção da Fase II do Gasoduto.

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas: A composição de obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

Circulante	2025	2024
INSS	38	12
FGTS	13	36
Provisão de férias	139	128
Provisão para premiação	280	283
Total	**470**	**459**

11. Provisões a Pagar: A composição de obrigações fiscais a recolher é a seguinte:

	2025	2024
Passagem do PIG no Trecho I e III (i)	3.234	1.830
Compart. de utilização da faixa de dutos no Trecho III (ii)	5.869	1.058
Calibração de medidores de vazão no Trecho III (iii)	-	42
Provisão impostos diferidos receita financeira	203	117
Consult. ext. para serv. de engenharia (iv)	-	19
Total	**9.306**	**3.066**

(i) Provisão dos custos com a passagem de PIG no Trecho I e III: refere-se aos gastos com serviços de inspeção de dutos requeridos regularmente com intervalos de cerca de 10 anos, indispensáveis para a avaliação da integridade dos gasodutos. Em 2025, foi feito ajuste de R$ 998 na provisão relativa ao Trecho 1 para compensar defasagem cambial, uma vez que os custos da passagem são referenciados em US$. (ii) Provisão do compartilhamento de utilização faixa de dutos no Trecho III: refere-se ao uso compartilhado do trecho da faixa de dutos ORSUL, de propriedade da Petrobras, onde foi construído o gasoduto da TSB, que é operado, inspecionado e mantido em condições íntegras para atender às demandas de transporte da região. O ritmo da evolução das negociações para acordo das condições contratuais que regulam esta utilização, levou à necessidade de constituir provisão para suportar este compromisso até o momento. Seguindo a orientação do Conselho de Administração da Companhia, junto com os nossos consultores jurídicos, foi contratada pela TSB Opinião Legal que fundamentou uma proposta de atualização das despesas com o aluguel da Faixa de Servidão ORSUL. Esta Opinião Legal evidenciou a condição de ser possível somente a cobrança, por parte da Petrobras, dos últimos 3 anos pregressos. Como o valor foi apresentado à TSB em junho/2022, a TSB decidiu provisionar 3,5 anos - até 31/12/2025 tomando como valor anual R$ 1.682 - base dezembro/2025. Assim, foi complementada em dezembro/25 a provisão em R$ 4.737, totalizando R$ 4.812 a provisão de 2025, levando o saldo acumulado da provisão para R$ 5.869. (iii) Provisão para calibração de medidores de vazão do Trecho III: custo do serviço contratado para calibração do medidor de vazão do trecho III. (iv) Consultoria externa para serviço de engenharia: Refere-se à prestação de serviços especializados para elaboração de as *built* das áreas do *city-gate* dos trechos I e III, revisão dos manuais de O&M e elaboração da matriz de Risco Operacional.

12. Contingências: 12.1 Provisão para Contingências: A Companhia mantém o valor de R$ 270 reconhecido como provisão para compensação ambiental devido a instalação do Trecho 01 e 02 dos dutos de transporte de gás. Inicialmente, a TSB fez um projeto dos dois trechos e os submeteu à aprovação da Licença Prévia. Porém, tendo em vista que o Trecho 02 não foi construído, tal valor somente será liquidado por ocasião da conclusão desta obra. Na Licença de Instalação nº 1046/2010-DL da FEPAM, em seu item 10, são estabelecidas as condições e restrições do projeto bem como a Medida Compensatória. **12.2 Contingência Tributária:** A Companhia ajuizou mandado de segurança para fins de assegurar a exclusão dos valores incidentes a título de ICMS e de ISSQN nos serviços de transporte prestados quanto às competências vincendas e vencidas dentro do período de 5 anos do ajuizamento da ação. Em maio de 2018 a Companhia obteve sentença favorável à tutela provisória, no que se refere ao ICMS, julgando procedente o pedido de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e, desde junho de 2018 passou a excluir o ICMS, quando aplicável. De outra parte não está reconhecendo o crédito tributário das competências vencidas dos últimos cinco anos, mensurado na época em cerca de R$ 218, aguardando a conclusão do processo na parte relativa ao ISSQN, para que conste como transitado em julgado no seu todo.

13. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 9.692 e está representado por 80.500.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação assegura direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. Cada classe de ações confere o direito de nomear, pelo menos, um membro do Conselho de Administração da Companhia e respectivo suplente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição acionária da Companhia está assim demonstrada:

Acionistas	%
Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS)	25
Total Gas and Power Brazil	25
Companhia Ultragaz S.A.	25
Repsol Exploração Brasil Ltda	25
	100

b) Distribuição de resultados: De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: • 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. • 25 % do lucro líquido ajustado para dividendos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a proposição da Administração da Companhia para pagamento de dividendos está conforme demonstrativo a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.929	6.812
Destinação:		
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	-	-
Dividendos antecipados:	-	(4.448)
Dividendo mínimo obrigatório pagos antecipados (25%)	-	(1.703)
Dividendos complementares	-	(2.745)
Divid. mínimo obrigatório conforme Estatuto TSB (25%)	(732)	-
Saldo a disp. para proposta de divid. e adicionais	**2.197**	**2.364**

Em 30 de abril de 2025 os acionistas reunidos na 26° Assembleia Geral Ordinária e na 57° Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o pagamento de dividendos restantes do ano de 2024 no valor total de R$ 2,364. Em 29/11/2024 os acionistas reunidos na Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o pagamento de dividendos intermediários correspondentes a 100% do lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2024, cujo valor foi de R$ 4.448.221,44 (quatro milhões quatrocentos e quarenta e oito mil duzentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), constantes do Balanço Semestral levantado no referido período. A Companhia não constituiu a reserva legal em2025 e 2024 pois já atingiu o limite de 20% do capital social conforme o artigo 193 da Lei 6.404/1976 - Lei das Sas. A proposta da Administração da TSB referente ao lucro do exercício de 2025 consiste na distribuição do dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Estatuto Social da Companhia, correspondente a 25% do lucro líquido, totalizando R$ 732.

14. Receita Líquida:

Receita	2025	2024
Receita brutas de venda de serviços	17.798	15.904
Impostos incidentes sobre venda de serviços	(650)	(580)
Receita líquida	**17.148**	**15.324**
Impostos sobre vendas de serviços		
PIS	(116)	(103)
COFINS	(534)	(477)
	(650)	**(580)**

15. Custos e Despesas por Natureza: As despesas operacionais, demonstradas por natureza, apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Custos dos serviços	(4.410)	(4.105)
Despesas administrativas e gerais	(4.353)	(3.903)
	(8.763)	**(8.008)**
Despesas com pessoal	(2.703)	(2.181)
Custos com manutenção e operação	(3.175)	(2.874)
Serviços de terceiros	(239)	(449)
Comerciais e marketing	(52)	(43)
Depreciação e amortização	(1.235)	(1.231)
Aluguéis	(250)	(239)
Despesas não dedutíveis	(136)	(110)
Tributárias	(62)	(17)
Viagens e Representações	(213)	(114)
Entidades e associações	(66)	(60)
Outras despesas	(632)	(690)
Total	**(8.763)**	**(8.008)**

continua >>>

continuação >>>

Demonstrações Contábeis da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

16. Outras Receitas / Despesas Operacionais:
A Conta está assim composta:

	2025	2024
Provisão compartilhamento de faixa de dutos T 3	-	(76)
Provisão calibração mediadores de vazão T 3	-	(210)
Provisão inspeção/integridade T 1 e T 3	-	(406)
Provisão de passagem do PIG T1 e T3	(1.404)	-
Provisão aluguel da faixa de servidão T3	(4.812)	-
(-) Reversão de provisão	477	(18)
Outras receitas e despesas	(280)	2
Total	**(6.019)**	**(708)**

17. Resultado Financeiro: O resultado financeiro da Companhia é composto pelas seguintes rubricas:

	2025	2024
Receitas financeiras	**1.664**	**1.028**
Rendimento s/ aplic. Financeiras	1.660	1.028
Outras receitas financeiras	4	-
Despesas financeiras	**(12)**	**(9)**
Despesas bancárias	(10)	(8)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)
Resultado financeiro	**1.652**	**1.019**

18. Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia possui créditos tributários de R$ 16.701, decorrentes de prejuízos fiscais, base de cálculo negativa de contribuição social e diferenças temporárias apuradas em exercícios anteriores, sem prazo de prescrição, compensáveis com lucros tributáveis futuros no limite de 30% sobre o lucro anual, os quais não são registrados contabilmente. A partir do exercício de 2013 a Companhia passou a tributar seus resultados pelo regime de lucro presumido. A compensação destes valores depende de a Companhia voltar a tributar seus resultados pelo regime de lucro real.

Impostos correntes	2025	2024
IRPJ Corrente	(747)	(551)
CSLL Corrente	(342)	(264)
Total da despesa de IR e contrib. social reconhecida no exercício referente às operações continuadas	**(1.089)**	**(815)**

19. Seguros: A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face às ocorrências de sinistros, sendo de responsabilidade da administração as definições das premissas de riscos adotadas. Apresentamos o quadro de cobertura:

Responsabilidade Civil vigência de 01/11/2025 a 01/11/2026:

Coberturas	Limites
RC, Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	R$ 17.000.000,00

Aumentado o Limite Máximo de Garantia de R$ 12.500.000,00 para 17.000.000,00 (sem aumento de prêmio). Danos morais estão incluído na garantia básica (cláusula 1.1. da Apólice. Despesas para contenção de sinistro está incluído na garantia básica - cláusula 9.2.1).

Riscos Operacionais vigência de 20/12/2025 a 20/12/2026:

Coberturas	Limites
Danos materiais	R$ 23.000.000,00
Despesas extraordinárias, desentulho, tumulto, greves, lockout e atos dolosos	R$ 2.246.800,00

Em 2025 aumentamos o Valor em Risco Declarado (VRD) de R$ 33.766.000,00 para R$ 67.250.000,00 de modo a reduzir o rateio em caso de sinistro. Reduzimos o Limite Máximo de Indenização (LMI) de R$ 33.766.000,00 para R$ 23.000.000,00 após reavaliação do valor de perdas estimado em caso de sinistro.

Seguro auto vigência de 22/08/2025 a 22/08/2026:

Coberturas	Limites
Veículo Fiat Strada Freedom	100% tabela Fipe

20. Gerenciamento de Riscos: As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração. O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

21. Instrumentos Financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(a) Caixa e equivalentes de caixa (Notas Explicativas nº 04):** os saldos em conta corrente e aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado; **b) Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 05):** as contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demostrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.** Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da TRANSPORTADORA SULBRASILEIRA DE GÁS S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TRANSPORTADORA SULBRASILEIRA DE GÁS S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia apresentada como informação suplementar, foram submetidos a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2026.

Crowe Consult Auditores e Consultores Associados - CRC RS009034/O - CVM - 13.471

Edson Czamanski Schreiner - Contador - CRC-RS 58.688-O-6 • **Bruno Machado Timm** - Contador - CRC-RS 092.286/O-7

Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ/MF 17.852.875/0003-86

Relatório da Administração

Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S/A, em conformidade com suas obrigações legais e compromisso com a transparência, apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício fiscal de 2025, destacando os principais resultados operacionais e financeiros da empresa. **1. Panorama do Setor Agrícola:** No ano de 2025, o setor agrícola enfrentou desafios como variações climáticas, oscilações nos preços de *commodities* e custos de insumos elevados. **2. Resultados Operacionais:** Em 2025, a companhia registrou um aumento de 1.013,58% no resultado bruto, quando comparado ao ano anterior, impactada pelo aumento de área realizada no ano de 2024. Esse desempenho, aliado a boa produtividade da soja, resultou em um lucro líquido de R$ 17.377 mil. **3. Desempenho Financeiro:** Em 2025, os principais indicadores financeiros incluem: • Receita líquida de R$ 394.695 mil; • Lucro líquido de R$ 17.377 mil; • *Capex* de R$ 38.112 mil substancialmente representado pela correção e desenvolvimento do solo; · EBITDA de R$ 90.675 mil e margem EBITDA de 17,5%. Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 24 de março de 2026.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.961	42.854
Contas a receber de clientes	5	10.099	1.419
Adiantamento a fornecedores		27	-
Estoques	6	87.408	105.906
Ativos biológicos	7	168.199	119.959
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	8.a	1.024	20
Tributos a recuperar	8.b	6.452	4.852
Operações com derivativos	19	17.620	30.244
Créditos com partes relacionadas	11.a	-	190
Outros créditos		33	108
Despesas antecipadas		666	800
Total do ativo circulante		**325.489**	**306.352**
Não circulante			
Tributos a recuperar	8.b	23.693	28.794
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	11.842
Operações com derivativos	19	24.867	40.230
Outros créditos		6.181	6.181
Despesas antecipadas		682	32
		55.423	**87.079**
Ativo de direito de uso	9.a	20.394	22.226
Imobilizado	10	313.191	300.288
Intangível		242	4
		333.827	**322.518**
Total do ativo não circulante		**389.250**	**409.597**
Total do ativo		**714.739**	**715.949**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	107.276	143.447
Empréstimos e financiamentos	13	84.069	40.634
Impostos, taxas e contribuições diversas		614	1.034
Obrigações sociais e trabalhistas		4.188	3.136
Adiantamentos de clientes		2.256	6.192
Débitos com partes relacionadas	11.a	2.771	4.397
Passivo de arrendamentos com terceiros	9.c	5.175	4.196
Operações com derivativos	19.g	13.000	55.094
Provisões para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários	14	-	15
Dividendos a pagar	16.c	4.127	-
Outras contas a pagar		5.758	5.692
Total do passivo circulante		**229.234**	**263.837**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	295.436	284.243
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	7.868	-
Passivo de arrendamento com terceiros	9.c	16.967	18.759
Operações com derivativos	19	19.034	37.091
Total do passivo não circulante		**339.305**	**340.093**
Patrimônio líquido			
Capital social	16.a	91.672	91.672
Reservas de lucros	16.b	45.745	32.495
Ajustes de avaliação patrimonial	16.e	8.783	(12.148)
Total do patrimônio líquido		**146.200**	**112.019**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**714.739**	**715.949**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	**394.695**	**176.076**
Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	7.c	29.691	(32.150)
Custo dos produtos vendidos	23	**(328.925)**	**(134.508)**
Custo dos produtos		(303.264)	(167.950)
Realização do valor justo dos ativos biológicos		(25.661)	33.442
Resultado bruto		**95.461**	**9.418**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	23	(9.029)	(5.994)
Despesas gerais e administrativas	23	(12.193)	(7.770)
Outras receitas operacionais	24	2.184	2.853
Outras despesas operacionais	24	(13.338)	(1.596)
		(32.376)	**(12.507)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**63.085**	**(3.089)**
Receitas financeiras	17	18.108	10.628
Despesas financeiras	17	(54.888)	(45.733)
Resultado Financeiro		**(36.780)**	**(35.105)**
Resultado antes dos impostos		**26.305**	**(38.194)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(8.928)	13.045
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**17.377**	**(25.149)**
Resultado por ação (básico e diluído) em R$	16.d	**0,1896**	**(0,2743)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**17.377**	**(25.149)**
Ajustes de avaliação patrimonial a serem reclassificados para o resultado em exercício subsequente:		
Instrumentos financeiros derivativos - (*hedge accounting*)	31.713	(25.786)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.782)	8.767
Resultado abrangente do exercício:	**38.308**	**(42.168)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Reserva para expansão	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**91.672**	**7.644**	**50.000**	**4.871**	**-**	**154.187**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(25.149)	**(25.149)**
Instrumentos financeiros derivativos (*hedge*)	-	-	-	(25.786)	-	**(25.786)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	8.767	-	**8.767**
Destinação Proposta:						
Utilização de reservas	-	-	(25.149)	-	25.149	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**91.672**	**7.644**	**24.851**	**(12.148)**	**-**	**112.019**
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**91.672**	**7.644**	**24.851**	**(12.148)**	**-**	**112.019**
Lucro do exercício	-	-	-	-	17.377	**17.377**
Instrumentos financeiros derivativos (*hedge*)	-	-	-	31.713	-	**31.713**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(10.782)	-	**(10.782)**
Destinação Proposta:						-
Constituição de reserva	-	869	12.381	-	(13.250)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(4.127)	**(4.127)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**91.672**	**8.513**	**37.232**	**8.783**	**-**	**146.200**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		26.305	(38.194)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	23	23.308	13.755
Depreciação de direito de uso	23	6.809	2.138
Juros, variação cambial e atualização monetária		35.834	29.265
Variação do valor justo dos ativos biológicos		(6.841)	2.103
Variação do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	6	2.811	(3.395)
Provisão programa de partic. dos resultados e contingências trabalhistas		1.618	1.606
Realização do ajuste a valor presente dos arrendamentos	9	2.894	2.202
Provisão para perda de imposto a recuperar	8.b	9.591	-
Outras transações - imobilizado		1.503	1.362
Outros ajustes		491	26
		104.323	**10.868**
Variação nos Ativos e Passivos:			
Contas a receber de clientes		(8.681)	5.780
Estoques e ativos biológicos		(26.416)	(86.218)
Impostos a recuperar		(7.094)	(10.536)
Créditos com partes relacionadas		190	(181)
Despesas pagas antecipadamente		(516)	(608)
Outras contas a receber		21	(13)
Adiantamento a fornecedores		27	(54)
Fornecedores		(18.392)	47.914
Obrigações sociais e trabalhistas		(579)	(1.315)
Impostos, taxas e contribuições		(421)	735
Obrigações com partes relacionadas		(1.627)	3.275
Operações com derivativos		10.579	3.939
Adiantamentos de clientes		(3.937)	5.104
Outras contas a pagar		(423)	-
Caixa gerado (aplicados) nas atividades operacionais		**47.054**	**(21.310)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	15	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos		(950)	(634)
Juros sobre empréstimos pagos	13	(29.049)	(7.676)
Fluxo de caixa gerados (aplicados) nas atividades operacionais		**17.055**	**(29.620)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado		(55.891)	(171.245)
Aquisição de intangível		(240)	-
Fluxo de caixa aplicados às atividades de investimento		**(56.131)**	**(171.245)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos tomados	13	190.575	259.917
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(142.732)	(29.452)
Dividendos pagos		-	(3.970)
Arrendamentos pagos	9	(6.631)	(4.552)
Derivativos pagos		(11.029)	(1.381)
Fluxo de caixa gerados nas atividades de financiamentos		**30.183**	**220.562**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(8.893)**	**19.697**
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	4	42.854	23.157
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	4	33.961	42.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 05 de março de 2013, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, a Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A., a seguir denominada como "Pioneira" ou "Companhia" tem como objeto social as atividades de agricultura; pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportá-los e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral aos seus funcionários; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; locação de veículos automotores, máquinas e equipamentos; e atividade de armazém geral. Em 1º de setembro de 2025, a Companhia iniciou o cultivo da safra 2025/26, com área planejada total de 65.093 hectares, em parceria agrícola.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("NBCTG"). A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 24 de março de 2026. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; • Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de renda e de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da transformação biológica relevante das culturas e do desmame ou aquisição do rebanho bovino; • Os produtos agrícolas após a colheita, mensurados pelo valor realizável líquido; c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas. d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
6	Mensuração do valor realizável líquido dos produtos agrícolas
7	Mensuração do valor justo de ativos biológicos
9	Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
10	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado
14	Provisão para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários e ativos e passivos contingentes
15	Imposto de renda e contribuição social diferidos
19	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e estão apresentadas nas notas explicativas, exceto as abaixo: a) Demonstrações dos fluxos de caixa: A Companhia elaborou demonstrações dos fluxos de caixa nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto. b) Redução ao valor recuperável: *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*: A Companhia considera evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. O CPC 48, exige que a Companhia realize uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, avaliando o crédito junto à contraparte e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas. A Companhia avaliou seus ativos financeiros e estabeleceu os valores encontrados como imateriais. *Ativos não financeiros*: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. c) Normas novas ou revisadas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis**: O CPC 51 revogou o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais já identificados sobre as demonstrações financeiras são os seguintes: • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio; • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1); • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Controladora do grupo encontra-se conduzindo o processo de avaliação e implementação dessa norma, incluindo a análise dos impactos esperados nas demonstrações financeiras consolidadas. Até a presente data, não é possível mensurar com precisão os efeitos potenciais da adoção, mas a administração entende que haverá necessidade de ajustes nos processos internos de coleta de informações e na forma de divulgação. **Outras normas**: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações no CPC 48 e CPC 40).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política Contábil: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Composição

	Rendimentos	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades em R$	-	9	26
CDB-DI	100,75% do CDI [1]	32.318	42.828
Operação compromissada	99,00% do CDI [1]	1.634	-
Total		**33.961**	**42.854**

[1] Rendimento médio em 31 de dezembro de 2025.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2025, não excedendo o valor de negociação. A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 19.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política Contábil: Incluem os recebíveis de venda de produtos agrícolas, reconhecidos inicialmente na transferência do controle aos clientes, ou seja, na data em que a Companhia satisfizer a obrigação de performance ao transferir a mercadoria.

Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	7.078	89
Exportação indireta	-	782
Exportação direta	3.021	548
Total	**10.099**	**1.419**

A composição do saldo de clientes, segmentada por faixas de vencimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada conforme segue:

Aging	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	9.862	763
Até 30 dias	237	656
Total	**10.099**	**1.419**

A Companhia entende que o risco de inadimplência em relação as contas a receber não é relevante, razão pela qual não constituiu provisão para perda de crédito no contas a receber de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 19.f.

6. ESTOQUES

Política Contábil: Com base no Pronunciamento técnico CPC 16 (R1), que corresponde nas normas internacionais à IAS 2, a Companhia mensura seus estoques ao final de cada período. Esta Norma proporciona orientação sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Também proporciona orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques. Conforme este pronunciamento os estoques de produtos agrícolas após colheita, são mensurados pelo valor realizável líquido e suas alterações são reconhecidas no resultado do período em que tenha sido verificada esta alteração. Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. **Composição**: A composição dos estoques da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Produtos agrícolas	5.716	10.868
Produtos agrícolas - custos de formação	5.122	9.436
Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	594	1.432
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	74.979	90.389
Embalagens e material de acondicionamento	237	352
Peças de reposição	2.506	2.323
Outros estoques	852	442
Adiantamentos a fornecedores	3.118	1.532
Total	**87.408**	**105.906**

A rubrica "Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas" contempla marcação ao valor justo dos produtos

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico e marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola. Essa movimentação é apresentada abaixo:

	Produtos agrícolas - ativo biológico	Produtos agrícolas - valor realizável líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**510**	**(63)**	**447**
Movimentação decorrente da colheita	(35.852)	-	**(35.852)**
Realização do valor justo dos ativos biológicos [1]	33.442	-	**33.442**
Valor realizável líquido dos produtos agrícolas [2]	-	3.395	**3.395**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(1.900)**	**3.332**	**1.432**

	Produtos agrícolas - ativo biológico	Produtos agrícolas - valor realizável líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**(1.900)**	**3.332**	**1.432**
Movimentação decorrente da colheita	27.634	-	**27.634**
Realização do valor justo dos ativos biológicos [1]	(25.661)	-	**(25.661)**
Valor realizável líquido dos produtos agrícolas [2]	-	(2.811)	**(2.811)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**73**	**521**	**594**

[1] Realização pelo faturamento dos produtos. [2] Efeito do VRL na demonstração do resultado do exercício, na linha de variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas.

7. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia são formados por culturas temporárias e por rebanho bovino e estão abaixo representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo biológico - culturas em formação (a)	153.602	119.959
Ativo biológico - rebanho bovino (b)	14.597	-
Total	**168.199**	**119.959**

a) Ativo biológico - culturas em formação: **Política Contábil**: Com base no Pronunciamento técnico CPC 29 (R2), a Companhia mensura seus ativos biológicos ao final de cada período. As culturas são substancialmente formadas por soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos de culturas são mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica significativa, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos de produção para o ano agrícola vigente a incorrer. O CPC 46, no item 72, para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo, estabelece uma hierarquia de valor justo. A mensuração a valor justo do ativo biológico das culturas inclui preços cotado em mercado ativo, ajustados para refletir novas informações, o que resulta na classificação como nível 3. Esta mensuração é baseada em diversas premissas adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto. O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se abordagem de renda onde converte-se valores futuros (fluxos de caixa descontado para um único valor presente descontado), considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado (preços fazenda) / preços dos contratos. (b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas. Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível com o custo médio ponderado do capital. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício. A aplicação do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, no item 66, aborda que, se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão. A Companhia captura os efeitos existentes nos seus contratos na mensuração a valor justo dos seus ativos biológicos, considerando em sua premissa de preço o valor dos seus contratos. **Composição**: A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Soja (1)	Algodão	Milho	Outras culturas (2)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**63.760**	**604**	**5.906**	**1.018**	**71.288**
Gastos com plantio	144.446	8.763	52.259	9.584	**215.052**
Variação do valor justo [3]	(20.476)	(1.818)	(13.297)	-	**(35.591)**
Colheitas - produtos agrícolas	(79.566)	(7.079)	(34.319)	(9.826)	**(130.790)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**108.164**	**470**	**10.549**	**776**	**119.959**
Ativo biológico - custos de formação	105.029	470	10.549	776	116.824
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	3.135	-	-	-	3.135

	Soja (1)	Algodão	Milho	Outras culturas (2)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**108.164**	**470**	**10.549**	**776**	**119.959**
Gastos com plantio	199.050	10.336	106.906	7.278	**323.570**
Variação do valor justo [3]	17.803	(1.021)	11.444	-	**28.226**
Colheitas - produtos agrícolas	(191.370)	(8.425)	(110.417)	(7.941)	**(318.153)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**133.647**	**1.360**	**18.482**	**113**	**153.602**
Ativo biológico - custos de formação	128.581	1.360	18.482	113	148.536
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	5.066	-	-	-	5.066

[1] Áreas de soja e de soja semente; [2] Outras culturas são formadas por culturas de gergelim, milheto e sorgo. [3] Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício, na linha de variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas.

Abaixo apresentamos as principais premissas e estimativas adotadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos referente a safra 2024/25 e 2023/24 na data da mensuração:

	31/12/2025 (1)	31/12/2024 (2)
Soja		
Área total colhida (ha)	36.489	19.671
Produtividade obtida (sc/ha)	69,63	56,71
Preço médio (R$/sc) [3]	R$ 94,46	R$ 82,48
Milho		
Área total colhida (ha)	24.473	10.333
Produtividade obtida (sc/ha)	131,72	114,65
Preço médio (R$/sc) [3]	R$ 34,70	R$ 31,28
Algodão em caroço		
Área total colhida (ha)	688	680
Produtividade obtida (@/ha)	304,58	266,14
Preço médio (R$/@) [3]	R$ 50,01	R$ 50,01

[1] Dados referentes a safra 2024/25. [2] Dados referentes a safra 2023/24. [3] Valor justo na data da apuração.

Abaixo apresentamos as principais premissas e estimativas adotadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos referente a safra 2025/26 e 2024/25 na data da mensuração:

	31/12/2025 (1)	31/12/2024 (2)
Soja		
Área em ponto de colheita (ha)	10.312	14.543
Produtividade estimada (sc/ha)	68,84	66,00
Preço médio (R$/sc) [3]	R$ 95,30	R$ 96,72

[1] Dados referentes a safra 2025/26. [2] Dados referentes a safra 2024/25. [3] Valor justo na data da apuração.

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos a Companhia adota a técnica de avaliação de preços observáveis sobre abordagem de renda e inicia a mensuração a valor justo no momento da transformação biológica relevante, representada pelo estádio fenológico de cada cultura, sendo a partir do R5 para soja - onde correspondem ao enchimento de grãos até atingirem o seu tamanho potencial, R2 para o milho - estádio "grão bolha d'água", e C1 para o algodão - ocorre inicialmente o rompimento da primeira bola (maçã ou botão), localizada no primeiro ramo, em capulho. A Companhia registra o valor justo das culturas, líquido das despesas de vendas e dos custos de descaroçamento e beneficiamento, no caso do algodão em caroço. As culturas de soja, algodão e milho ocorrem nos seguintes períodos:

		Culturas		
Unidade	**Localização**	**Soja**	**Algodão**	**Milho**
Fazenda Pioneira	Querência - MT	10/10 a 25/03	20/12 a 30/08	20/01 a 15/07

Área Plantada

A seguir, apresentamos o quadro comparativo da área plantada na safra 2024/25 e safra 2023/24:

Culturas	Área	Área plantada safra 2024/25	Área plantada safra 2023/24
Algodão	ha	688	680
Soja (comercial + soja semente)	ha	36.489	19.671
Milho (1ª safra e 2ª safra)	ha	24.473	10.333
Outras culturas [1]	ha	5.929	4.406
Total		**67.579**	**35.090**

[1] As outras culturas compreendem as culturas de gergelim, milheto, sorgo e pecuária.

Em 29 de abril de 2024, foi assinado contrato de ampliação da parceria com a Agro Penido Landco com adição de 18.700 hectares físicos, com potencial de plantio (considerando 2ª safra) de 30.734 hectares e o prazo das duas áreas combinadas foi estendido até a safra 2043/44. Com essa ampliação da parceria, a nova área física passou a ser de 38.572 hectares. Apresentamos a área planejada para a safra 2025/26:

Culturas	Área	Área planejada safra 2025/26
Algodão	ha	697
Soja (comercial + soja semente)	ha	38.105
Milho (1ª safra e 2ª safra)	ha	25.561
Outras culturas [1]	ha	730
Total		**65.093**

[1] As outras culturas compreendem as culturas de sorgo e pecuária.

b) Ativo biológico - rebanhos: **Política Contábil**: Os ativos biológicos formados por plantel de rebanho bovino são formados por gado recria e gado engorda e são avaliados pelo valor justo, pela metodologia de mercado, deduzindo-se as despesas de vendas, custos de aquisição, desde o seu registro no estoque ou na época da desmama para os bezerros nascidos, até o momento do seu abate. Em relação a hierarquia de valor justo, a mensuração do rebanho de gado bovino está classificada como nível 1 - preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos. Esta mensuração é baseada em diversas premissas adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: quantidade de cabeças de gado existentes ao final de cada período de mensuração, sexo, raça, idade, peso, rendimento estimado, preço de mercado em cada região (preço fazenda) e os custos necessários para colocação em condição de venda. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. **Composição**: A Companhia possuía rebanho de gado bovino na modalidade de recria e engorda, em áreas permanentes e atua também com o projeto de Integração Lavoura Pecuária - ILP. O ILP tem como objetivo otimizar o uso do solo nos locais em que só é possível realizar uma safra (soja), utilizando o rebanho como segunda safra. A movimentação do valor justo do rebanho bovino durante os exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

Saldos em 01 de janeiro de 2024	**143**
Custo com aquisições e tratos rebanho bovino	17
Variação do ajuste a valor justo [1]	46
Realização	(206)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**-**
Ativo biológico - custo rebanho	-
Ativo biológico rebanho - ajuste ao valor justo	-
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**-**
Custo com aquisições e tratos rebanho bovino	16.955
Variação do ajuste a valor justo [1]	4.276
Realização	(6.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**14.597**
Ativo biológico - custo rebanho	**11.660**
Ativo biológico rebanho - ajuste ao valor justo	**2.937**

[1] Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício, na linha de variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas.

c) Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas: A variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Variação do valor justo - culturas em formação (7.a)	28.226	(35.591)
Variação do valor justo - rebanho bovino (7.b)	4.276	46
Valor realizável líquido dos produtos agrícolas (6)	(2.811)	3.395
Total	**29.691**	**(32.150)**

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

a) Imposto sobre a renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia tinha um saldo de R$ 1.024 de imposto de renda a recuperar, não havendo valores de contribuição social a recuperar sobre o lucro líquido (em 31 de dezembro de 2024 o valor era de R$20). Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL, os quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

b) Demais tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	21.699	25.052
COFINS	6.419	6.668
PIS	1.180	1.133
IRRF a recuperar	506	492
IRPJ/CSLL Selic Indébito	7	6
Outros	334	295
Total	**30.145**	**33.646**
Parcela classificada no ativo circulante	6.452	4.852
Parcela classificada no ativo não circulante	23.693	28.794

ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar: Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ajuste ao valor realizável de R$ 9.591 (em 31 de dezembro de 2024 não havia ajuste), referente a créditos tributários de ICMS, cuja perda é estimada pela não realização. A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS foi baseada na projeção de débitos de ICMS e nas transferências de créditos de ICMS a terceiros. O valor foi registrado em "outras despesas operacionais" na demonstração dos resultados. A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos agrícolas e compensação/ressarcimento de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação da Companhia. Os prazos estimados de realização desses ativos estão descritos abaixo:

Prazo de realização	ICMS	COFINS	PIS
em até 1 ano	2.090	2.924	597
de 1 ano a 2 anos	1.786	-	-
de 2 anos a 3 anos	893	-	-
acima de 3 anos	16.930	3.495	583
Total	**21.699**	**6.419**	**1.180**

9. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

Política Contábil: A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data do início da vigência do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de veículos e maquinários agrícolas. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. A metodologia de cálculo utilizada é do método retrospectivo modificado considerando o valor do direito de uso do ativo mensurado pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, calculado a valor presente pela taxa de juros incremental do arrendatário na data de transição. Para os casos abaixo não foram mensurados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, por apresentarem incerteza na mensuração do valor (preço totalmente variável), não apresentarem um valor mínimo a ser pago ou serem de curta duração: a) Contratos de parcerias: contratos que determinam que a Companhia pague ao arrendador, por ano/safra de vigência, percentual da produção auferida, sendo o preço totalmente variável; b) Outros arrendamentos de maquinários e equipamentos: contratos que possuem valor variável, com base na utilização dos ativos subjacentes, além de terem prazo de vigência inferior a um ano.

Composição: a) Composição dos ativos de direito de uso

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e veículos	17.363	17.843
Terras de cultura	3.031	4.383
Total	**20.394**	**22.226**

b) Movimentação dos ativos de direito de uso

Saldo em 01 de janeiro de 2024	**12.502**
Adições/Renovação de contratos	16.634
Remensuração de contratos	(3.047)
(-) Depreciação do ativo de direito de uso	(3.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**22.226**
Depreciação de direito de uso no exercício:	
Terras de cultura	(74)
Máquinas e veículos	(3.789)
Total do exercício	**(3.863)**
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**22.226**
Adições/Renovação de contratos	4.065
Remensuração de contratos	(191)
(-) Depreciação do ativo de direito de uso	(5.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**20.394**
Depreciação de direito de uso no exercício:	
Terras de cultura	(179)
Máquinas e veículos	(5.527)
Total do exercício	**(5.706)**

c) Composição dos passivos de arrendamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e veículos	18.637	18.289
Terras de cultura	3.505	4.666
Total	**22.142**	**22.955**
Passivo circulante	5.175	4.196
Passivo não circulante	16.967	18.759

d) Movimentação dos passivos de arrendamentos

Saldo em 01 de janeiro de 2024	**12.352**
Adições/Renovação de contratos	16.634
Remensuração de contratos	(3.047)
Realização do AVP sobre passivo de arrendamento	2.202
(-) Pagamentos	(5.186)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**22.955**
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**22.955**
Adições/Renovação de contratos	4.065
Remensuração de contratos	(191)
Realização do AVP sobre passivo de arrendamento	2.894
(-) Pagamentos	(7.581)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**22.142**

e) Pagamentos: Segue a abertura dos pagamentos do exercício por categoria de ativo arrendado, com efeito caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e veículos	7.084	5.186
Terras de cultura	497	-
Total	**7.581**	**5.186**
Principal	6.631	4.552
Juros	950	634

10. IMOBILIZADO

Política Contábil: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis; • Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. (ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. (iii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa média	Vida útil
Correção e desenvolvimento do solo	12,50%	8 anos
Prédios e benfeitorias	4,55%	22 anos
Móveis e utensílios	10,00%	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	20,00%	5 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	9,09%	11 anos
Veículos	8,33%	12 anos
Outros	20,00%	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constatou que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. A Companhia apura para determinadas classes de ativos o valor residual considerando a receita que obteria com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. O valor residual e a vida útil dos ativos, são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Composição**: a) Composição do ativo imobilizado: Em 31 de dezembro 2025 e 2024 a composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Correção e desenvolvimento do solo	113.181	87.341
Prédios e benfeitorias	67.973	20.590
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	98.831	86.414
Veículos	4.070	4.368
Móveis e utensílios	1.306	1.120
Equipamentos e instalações de escritório	1.234	1.234
Outros	1.002	1.058
Total imobilizado em operação	**287.597**	**202.125**
Imobilizado em andamento	25.594	98.163
Total	**313.191**	**300.288**

b) Movimentação do ativo imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação (1)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Correção e desenvolvimento do solo	**44.806**	52.463	-	(498)	-	(9.430)	87.341
Prédios e benfeitorias	**20.835**	99	(3)	2.512	-	(2.853)	20.590
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	**23.999**	52.487	(1.178)	17.346	-	(6.240)	86.414
Veículos	**1.101**	3.691	(153)	95	-	(366)	4.368
Móveis e utensílios	**679**	555	(2)	26	-	(138)	1.120
Equipamentos e instalações de escritório	**1.142**	499	(19)	-	-	(388)	1.234
Outros	**457**	171	(7)	475	(2)	(36)	1.058
Total imobilizado em operação	**93.019**	**109.965**	**(1.362)**	**19.956**	**(2)**	**(19.451)**	**202.125**
Imobilizado em andamento	**2.768**	115.351	-	(19.956)	-	-	98.163
Total	**95.787**	**225.316**	**(1.362)**	**-**	**(2)**	**(19.451)**	**300.288**

[1] Valores reclassificados: R$ 2 para estoque de combustíveis.

Custo do imobilizado bruto	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação (1)	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Correção e desenvolvimento do solo	87.341	36.833	-	(258)	-	(10.735)	113.181
Prédios e benfeitorias	20.590	21	-	51.437	-	(4.075)	67.973
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	86.414	235	(1.406)	21.024	-	(7.436)	98.831
Veículos	4.368	204	(76)	-	-	(426)	4.070
Móveis e utensílios	1.120	314	(21)	83	-	(190)	1.306
Equipamentos e instalações de escritório	1.234	295	-	161	-	(456)	1.234
Outros	1.058	210	-	122	(359)	(29)	1.002
Total imobilizado em operação	**202.125**	**38.112**	**(1.503)**	**72.569**	**(359)**	**(23.347)**	**287.597**
Imobilizado em andamento	98.163	-	-	(72.569)	-	-	25.594
Total	**300.288**	**38.112**	**(1.503)**	**-**	**(359)**	**(23.347)**	**313.191**

[1] Valores reclassificados: R$ 359 para estoque de combustíveis.

c) Imobilizado em andamento: Em 31 de dezembro 2025 o saldo das obras em andamento no valor de R$25.594 está substancialmente representado por construção de armazém, de alojamentos, plano de prevenção e proteção contra incêndios e outras benfeitorias. O valor de juros que foram capitalizados às obras em andamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.875 (R$ 648 em 31 de dezembro de 2024). A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de aproximadamente 8,23% a.a. d) Garantias: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não haviam imobilizados dados em garantia.

11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes: a) Saldos com partes relacionadas: Créditos com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía créditos com a partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía créditos com a SLC Agrícola S.A. no valor de R$ 183 e R$ 7 com a Fazenda Preciosa S.A. referente à reembolso de despesas, totalizando R$ 190. Débitos com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui débitos com sua controladora SLC Agricola S.A. no valor de R$ 2.755, referente a compra de insumos e R$ 16 com a SLC Centro Oeste S.A., referente a aluguel de máquinas, totalizando R$ 2.771 (R$ 4.397 com a SLC Agrícola S.A. em 31 de dezembro de 2024).

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

b) Transações com partes relacionadas

	Compras de mercadorias/ produtos/aluguéis/TI corporativa/ outras transações		Vendas de mercadorias/ produtos/ imobilizado/ prestação de serviço	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladora				
SLC Agrícola S.A.	36.195	29.184	8	10
Outras Partes Relacionadas				
Fazenda Preciosa Empr. Agr. Ltda	346	-	91	-
SLC Agrícola Centro Oeste S.A.	16	34	-	-
Total	**36.557**	**29.218**	**99**	**10**

A Companhia mantém com sua controladora direta, SLC Agrícola S.A., contrato de prestação de serviços de gestão agrícola no segmento de commodities agrícolas, para a produção de grãos. c) Contrato de parceria agrícola: A Companhia possui contrato de parceria agrícola que tem por objeto a exploração da propriedade agrícola, pertencente à Agro Penido LandCo Ltda., pela Companhia, por meio de cultivo de produções agrícolas. No exercício de 2025 o montante pago referente a esta parceria foi de R$ 26.124 (R$ 15.095 no exercício de 2024). d) Honorários da administração: A Companhia considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros não remunerados, o Conselheiro Independente remunerado e os Diretores não remunerados. O conselheiro independente é remunerado na forma de pró-labore, pagos via folha de pagamento. Sua remuneração é apresentada dentro da rubrica despesa administrativa na demonstração do resultado e está detalhada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Pró-labore	138	132
Encargos	28	26
Total	**166**	**158**

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

12. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores em moeda nacional	63.792	95.876
Fornecedores em moeda estrangeira	43.484	47.571
Total	**107.276**	**143.447**

A exposição da Companhia aos riscos de moeda relacionados a conta de fornecedores são divulgados na nota explicativa 19.c.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política Contábil: Os empréstimos e financiamentos contratados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto contratualmente acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações cambiais e amortizações apurados ao final de cada período.

Composição: A movimentação da dívida bruta do exercício de 2025 e 2024 é demonstrada conforme abaixo:

Saldo em 01 de janeiro de 2024	**72.823**
Empréstimos e financiamentos tomados	259.917
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(29.452)
Juros apropriados	20.927
Juros sobre empréstimos pagos	(7.676)
Variação cambial	8.338
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**324.877**
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**324.877**
Empréstimos e financiamentos tomados	190.575
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(142.732)
Juros apropriados	40.092
Juros sobre empréstimos pagos	(29.049)
Variação cambial	(4.258)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**379.505**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, temos a seguinte composição de empréstimos e financiamentos:

	Indexador	Taxas médias anuais de juros 31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicados no Imobilizado					
Finame - BNDES	Pré	8,23%	3,85%	54.188	3.721
Finame - BNDES	Swap CDI	14,29%	-	24.705	-
Subtotal				**78.893**	**3.721**
Aplicados no Capital de Giro					
Crédito rural	*Swap* US$/ CDI Pré	6,57% 15,84%	13,20%	34.708 33.517	39.043
Capital de giro	CDI		13,63%		59.127
Financiamento à exportação	CDI	16,12%	13,37%	10.681	10.510
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	CDI	15,43%	12,68%	58.454	57.321
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	*Swap* US$/ CDI Pré	11,21%	12,80%	167.395	160.038
Subtotal				**304.755**	**326.039**
(-) Custos da transação CRA				(4.143)	(4.883)
Total				**379.505**	**324.877**
Parcela classificada no passivo circulante				84.069	40.634
Parcela classificada no passivo não circulante				295.436	284.243

Finame - BNDES - Linha de investimento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da SLC Agrícola S.A. sendo em alguns o aval compartilhado entre esta e a Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. As amortizações são realizadas em base mensal e semestral até 15/06/2035. Crédito Rural - Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia, com vencimento em de 31/08/2026. Capital de Giro - Linha com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento em 03/02/2027 até 30/04/2027 lastreado em estoque ou produção. Financiamento à Exportação - Financiamento das exportações, em reais, com taxa de juros atrelada a CDI mais taxa pré-fixada. Vinculado às exportações indiretas, utilizando como base os contratos de vendas fechados com tradings e posterior exportação de commodities pelas mesmas. Garantidos por aval da SLC Agrícola S.A. CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio - Títulos de renda fixa, emitidos pela securitizadora em nome da Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A., lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Os custos dessas transações, registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, totalizam R$ 4.143 em 31 de dezembro de 2025. Abaixo segue informações das emissões: a) Emissão em 19 de julho de 2024 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"): No dia 19 de julho de 2024 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financeira (Cédula de Produto Rural Financeira), no valor total de R$ 207.211, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.., celebrado entre a Emissora e a Virgo Securitizadora S.A. A CPR-F foi emitida ao custo de CDI + 0,50% ao ano (1ª série), CDI + 0,60% ao ano (2ª série) e IPCA + 6,7469% ao ano, com vencimento do principal em 16 de julho de 2029 (1ª série) e 15 de julho de 2031 (2ª e 3ª séries), com remuneração anual. A emissão é com garantia "*clean*" e com elaboração dos relatórios de classificação de risco para a Emissão efetuada pela Standard & Poor's. O rating inicial foi de "[brAA]" publicado no dia 15 de julho de 2024. Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas da controladora e em 31 de dezembro de 2025 todos os indicadores foram atendidos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	40.634
2026	84.069	48.345
2027	30.090	30.732
2028	6.087	732
Após 2028	259.259	204.434
Total	**379.505**	**324.877**

A exposição da Companhia ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 19.f.

14. PROVISÃO PARA RISCOS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Política Contábil: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Composição**: A Companhia registra provisões quando a Administração entende que existem riscos de perdas prováveis e que são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos que surgem no curso normal de seus negócios. a) Provisões: A Companhia registra provisões para ações ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	**35**	28	(24)	4	(28)	**15**

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	**15**	-	-	-	(15)	**-**

As ações cíveis estão relacionadas a pedidos de indenizações de fornecedores, danos causados a terceiros e litígio em questões contratuais. A Companhia não registrou provisões para ações ambientais, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável em 31 de dezembro de 2025 e 2024. b) Passivos contingentes: A Companhia, tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25.

Abaixo segue a composição dos passivos contingentes da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Tributários (i)	27.706	16.691
Total	**27.706**	**16.691**

(i) Tributárias.

As ações tributárias são relacionadas às autuações referentes às esferas federal e estadual.

15. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política Contábil: *Imposto de renda e contribuição social*: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **Composição**: Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

	31/12/2025 Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	31/12/2024 Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	477	172	**649**	357	128	**485**
Operações com derivativos - *Swap*	860	309	**1.169**	1.009	363	**1.372**
Operações com derivativos - NDF	-	-	**-**	6.948	2.470	**9.418**
Provisão Fethab	1.416	510	**1.926**	1.416	510	**1.926**
Arrendamentos - Ativo	1.138	410	**1.548**	2.273	818	**3.091**
Provisão para perdas créditos ICMS	2.398	863	**3.261**	-	-	**-**
Outras	129	47	**176**	10	6	**16**
Prejuízos fiscais e base negativa	37.800	13.615	**51.415**	29.833	10.747	**40.580**
Subtotal	**44.218**	**15.926**	**60.144**	**41.846**	**15.042**	**56.888**
Passivos						
Depreciação incentivada atividade rural	(44.082)	(15.870)	**(59.952)**	(27.089)	(9.752)	**(36.841)**
Valor justo ativos biológicos	(2.019)	(727)	**(2.746)**	(309)	(111)	**(420)**
Arrendamentos - Passivo	(369)	(133)	**(502)**	(2.449)	(882)	**(3.331)**
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	(130)	(47)	**(177)**	(833)	(300)	**(1.133)**
Operações com derivativos - NDF	(2.066)	(775)	**(2.841)**	-	-	**-**
Operações com derivativos - *Commodities*	(1.319)	(475)	**(1.794)**	(2.442)	(879)	**(3.321)**
Subtotal	**(49.985)**	**(18.027)**	**(68.012)**	**(33.122)**	**(11.924)**	**(45.046)**
Total	**(5.767)**	**(2.101)**	**(7.868)**	**8.724**	**3.118**	**11.842**
Parcela classificada no ativo não circulante			-			11.842
Parcela classificada no passivo não circulante			(7.868)			-

a) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	31/12/2025 IRPJ	CSLL	31/12/2024 IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**26.305**	**26.305**	**(38.194)**	**(38.194)**
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(6.576)	(2.367)	9.548	3.437
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Adições e exclusões permanentes	11	4	44	16
Valor registrado no resultado	**(6.565)**	**(2.363)**	**9.592**	**3.453**
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		**(8.928)**		**13.045**
Impostos diferidos		(8.928)		13.045
Taxa efetiva		**33,94%**		**34,15%**

b) Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

	Saldo em 01/01/2024	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024
Provisão valor realizável líquido nos estoques	**22**	(1.155)	-	**(1.133)**
Provisão para participação nos resultados	**632**	(147)	-	**485**
Operações com derivativos - *Commodities*	**(75)**	(3.246)	-	**(3.321)**
Operações com derivativos - NDF	**(2.196)**	2.846	8.767	**9.417**
Operações com derivativos - *Swap*	**82**	1.290	-	**1.372**
Provisão para FETHAB	**1.926**	-	-	**1.926**
Arrendamentos - Ativo	**4.179**	(1.088)	-	**3.091**
Outras	**137**	(120)	-	**17**
Prejuízos fiscais e base negativa	**4.525**	36.055	-	**40.580**
Depreciação incentivada atividade rural	**(13.894)**	(22.947)	-	**(36.841)**
Valor justo ativos biológicos	**(1.134)**	714	-	**(420)**
Arrendamentos - Passivo	**(4.174)**	843	-	**(3.331)**
Total	**(9.970)**	**13.045**	**8.767**	**11.842**
Parcela classificada no passivo não circulante	(9.970)			11.842

	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Provisão valor realizável líquido nos estoques	**(1.133)**	956	-	**(177)**
Provisão para participação nos resultados	**485**	164	-	**649**
Operações com derivativos - *Commodities*	**(3.321)**	1.527	-	**(1.794)**
Operações com derivativos - NDF	**9.417**	(1.476)	(10.782)	**(2.841)**
Operações com derivativos - *Swap*	**1.372**	(203)	-	**1.169**
Provisão para FETHAB	**1.926**	-	-	**1.926**
Arrendamentos - Ativo	**3.091**	(1.543)	-	**1.548**
Provisão para perdas créditos ICMS	**-**	3.261	-	**3.261**
Outras	**17**	159	-	**176**
Prejuízos fiscais e base negativa	**40.580**	10.835	-	**51.415**
Depreciação incentivada atividade rural	**(36.841)**	(23.111)	-	**(59.952)**
Valor justo ativos biológicos	**(420)**	(2.326)	-	**(2.746)**
Arrendamentos - Passivo	**(3.331)**	2.829	-	**(502)**
Total	**11.842**	**(8.928)**	**(10.782)**	**(7.868)**
Parcela classificada no passivo não circulante	11.842			(7.868)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito, no valor de R$ 91.672, está representado por 91.672.336 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:

Acionista	Número de Ações 31/12/2025	31/12/2024
SLC Agrícola S.A.	45.836.168	45.836.168
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A.	-	45.836.168
Dois Vales Ltda.	27.556.704	-
Sou Investimentos Ltda.	18.279.464	-
Total de ações do capital integralizado	**91.672.336**	**91.672.336**

Em 31 de maio de 2025, a acionista Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. cindiu seu investimento na Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. para as empresas Dois Vales Ltda. com 27.556.704 ações e para a empresa, Sou Investimentos Ltda. com 18.279.464 ações. b) Reservas de Lucros: No final do exercício de 2025 o saldo de reserva de lucros é de R$ 45.745 (R$ 32.495 em 31 de dezembro de 2024). (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu reserva legal de R$ 869 (em 31 de dezembro de 2024 não constituiu reserva legal). (ii) Reserva para expansão: O saldo em 31 de dezembro de 2025 refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados, que foi retido e destinado como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 196 de Lei 6.404/76. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu reserva de expansão, no montante de R$ 12.381 (em 31 de dezembro de 2024 a Companhia utilizou sua reserva de expansão em decorrência do prejuízo do exercício, no montante de R$ 25.149). c) Dividendos e juros sobre capital próprio: De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**17.377**	**(25.149)**
Apropriação da reserva legal	(869)	-
Base de cálculo dos dividendos propostos	**16.508**	**(25.149)**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	4.127	-
Dividendo por ação (excluindo ações em tesouraria)	0,045020	-

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou R$ 4.127 para a conta de dividendos mínimos obrigatórios, em 31 de dezembro de 2024, por consequência do prejuízo do exercício a Companhia não constituiu dividendos. d) Resultado por ação: **Política Contábil**: O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. **Composição**: A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício (a)	17.377	(25.149)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	91.672.336	91.672.336
Lucro (Prejuízo) básico por ação ordinária (a/b)	**0,1896**	**(0,2743)**

e) Ajustes de avaliação patrimonial: Os ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Hedge accounting	8.783	(12.148)
Total	**8.783**	**(12.148)**

17. RESULTADO FINANCEIRO

Política Contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	5.802	6.079
Variação cambial	10.926	4.536
Ganhos com operações de derivativos	1.317	-
Outras	63	13
Total	**18.108**	**10.628**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(38.508)	(20.293)
Variação cambial	(2.098)	(17.362)
Realização de AVP - Passivo arrendamento	(2.893)	(2.202)
Perdas com operações de derivativos	(11.029)	(4.838)
Outras	(360)	(1.038)
Total	**(54.888)**	**(45.733)**
Resultado financeiro	**(36.780)**	**(35.105)**

18. COMPROMISSOS

A Companhia tem contratos de venda para entrega futura, conforme demonstrado a seguir:

Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Preço
Safra 2024/25						
Algodão em Pluma	Jan/26	159	2	ton	US$/ton	1.553,46
Milho	Jan/26	800	1	sc	US$/sc	7,50
Safra 2025/26						
Algodão em Pluma	Out/26	500	1	ton	US$/ton	1.580,92
Soja	Fev/26	1.490.000	5	sc	US$/sc	18,38
Milho	Jul/26	600.000	1	sc	US$/sc	7,20

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política Contábil: Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio de Resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. (ii) Custo amortizado: Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. (iii) Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar. (iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia avalia, se os objetos de *hedge* previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de *hedge*. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. (v) *Hedges* de fluxos de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía operações classificadas na categoria de *hedge* de fluxo de caixa. **Composição**: As receitas de vendas da Companhia são geradas principalmente pela comercialização de commodities agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US - ICE*. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da commodity e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia estão expostas. Adicionalmente, a Companhia contrata operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas. Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A tabela abaixo apresenta o valor contábil dos ativos e passivos financeiros:

	Nível Hierárquico	Valor Contábil 31/12/2025	Valor Contábil 31/12/2024
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	33.961	42.854
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes		10.099	1.419
Créditos com partes relacionadas		-	190
Subtotal		**10.099**	**1.609**
Valor justo de instrumentos *hedge*			
Operações com derivativos	2	42.487	70.474
Total Ativos		**86.547**	**114.937**
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		379.505	324.877
Fornecedores		107.276	143.447
Débitos com partes relacionadas		2.771	4.397
Passivo arrendamento com terceiros		22.142	22.955
Outras contas a pagar		8.014	11.884
Subtotal		**519.708**	**507.560**
Valor justo de instrumentos *hedge*			
Operações com derivativos	2	32.034	92.185
Total Passivos		**551.742**	**599.745**

O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil, exceto para empréstimos e financiamentos cujo valor em 31 de dezembro de 2025 é R$ 364.612 (R$ 336.377 em 31 de dezembro 2024), a mensuração está classificada no nível 2. a) Política de utilização, objetivos e estratégias: O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia é a proteção das margens operacionais. A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos em agosto de 2013 e aprovou, a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração em 23 de agosto de 2013. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, a monitoração da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração. As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com "*Rating*" de no mínimo "A" em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Moody's, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de *commodities* e juros de suas contrapartes, regularmente. b) Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido: As operações de contratos a termo (NDF) e contratos futuros de *commodities* (vide nota 19.i), são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Além disso, as operações de swap de câmbio (vide nota 19.i) visam proteger a variação cambial futura dos empréstimos em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), em conformidade com o CPC 48. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras. c) Risco de câmbio: Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (*Non Deliverable Forward*). Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio. Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o *Business Plan*, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do *Business Plan* e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total. Com base no custo já formado com a compra dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o Comitê de Gestão de Riscos irá executar os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta. No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

	Valor de referência (notional) Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Valor justo (MTM) Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Contratos a termo (NDF):						
Moeda estrangeira - Posição vendida						
Vencimento em 2025	USD	-	30.320	R$	-	(23.009)
Vencimento em 2026	USD	34.535	9.500	R$	8.616	(4.432)
Total	**USD**	**34.535**	**39.820**	**R$**	**8.616**	**(27.441)**

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de "*hedge accounting*":

Vencimentos	Moeda	Contratos a termo (NDF)
Até 31/03/2026	R$	8.142
Até 30/06/2026	R$	183
Até 30/09/2026	R$	320
Até 31/12/2026	R$	(29)
Total	**R$**	**8.616**

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

	Valor de referência (notional) Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Valor justo Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Banco Bradesco S.A.	USD	8.805	4.750	R$	(143)	(3.031)
Morgan Stanley S.A.	USD	7.185	3.350	R$	313	(2.517)
Banco J.P. Morgan S.A.	USD	6.535	400	R$	1.693	(6)
XP Investimentos S.A.	USD	5.450	6.620	R$	2.850	(3.667)
Banco Santander Brasil S.A.	USD	5.300	10.000	R$	3.617	(6.159)
Rabobank International Brasil S.A.	USD	1.260	750	R$	286	(526)
Banco Itaú BBA S.A.	USD	-	7.450	R$	-	(6.477)
Banco do Brasil S.A.	USD	-	3.300	R$	-	(3.543)
Banco BTG Pactual S.A.	USD	-	1.900	R$	-	(693)
BR Partners Banco de Investimento S.A.	USD	-	1.300	R$	-	(822)
Total	**USD**	**34.535**	**39.820**	**R$**	**8.616**	**(27.441)**

Para determinação do valor justo das operações de contrato a termo (NDF) foram utilizados os seguintes critérios: curva futura do dólar publicada pela B3 no fechamento de cada exercício. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros DI x Pré B3 (www.b3.com.br) de fechamento de cada exercício. *Riscos da variação da taxa de câmbio*: A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2026 e 2027, conforme segue: • Cenário Provável: com base no relatório FOCUS (BACEN) de 26 de dezembro de 2025, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R$ 5,5000 variando para a taxa Ptax do dia 31 de dezembro de 2025 de R$ 5,5024. • Queda de 15% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R$ 4,6750, equivalente a 15% inferior à cotação do Cenário Provável. • Queda de 30% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R$ 3,8500, equivalente a 30% inferior à cotação do Cenário Provável. • Aumento de 15% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R$ 6,3250, equivalente a 15% superior à cotação do Cenário Provável. • Aumento de 30% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R$ 7,1500, equivalente a 30% superior à cotação do Cenário Provável. A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado:

	Cenário remoto Cotação R$ 3,8500	Cenário possível Cotação R$ 4,6750	Cenário pela cotação do encerramento do exercício Cotação R$ 5,5024	Cenário possível Cotação R$ 6,3250	Cenário remoto Cotação R$ 7,1500
Exercício 2026					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(130.946)	(65.473)	190	65.473	130.946
Estimativa de compromissos em USD (2)	23.117	11.558	(34)	(11.558)	(23.117)
Contratos a Termo (NDF) (3)	33.866	16.933	(49)	(16.933)	(33.866)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	**(73.963)**	**(36.982)**	**107**	**36.982**	**73.963**
Exercício 2027					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(133.498)	(66.749)	194	66.749	133.498
Exposição líquida em USD (1)-(3)	**(133.498)**	**(66.749)**	**194**	**66.749**	**133.498**
Total	**(207.461)**	**(103.731)**	**301**	**103.731**	**207.461**

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

	31/12/2025 Saldo em Reais (R$)	31/12/2025 Saldo em Dólares (USD)	31/12/2024 Saldo em Reais (R$)	31/12/2024 Saldo em Dólares (USD)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 5)	3.021	549	548	88
Fornecedores (nota explicativa 12)	(43.484)	(7.903)	(47.571)	(7.682)
Exposição liquida do balanço patrimonial	**(40.463)**	**(7.354)**	**(47.023)**	**(7.594)**

d) Risco de preço: A maior parte da proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de vendas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (*forward contracts*). Além disso, também são utilizados contratos de futuros, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de swaps, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das commodities cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras. Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das commodities, cujos efeitos estão registrados no patrimônio líquido por estarem registradas na forma de *hedge accounting*.

	Valor de referência (notional) Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Valor justo Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Com vencimentos em 2025						
Operações financeiras						
Commodities - Milho	USD	-	2.979	R$	-	(361)
Commodities - Soja	USD	-	1.425	R$	-	8.824
Subtotal	**USD**	**-**	**4.404**	**R$**	**-**	**8.463**
Com vencimentos em 2026						
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	302	-	R$	(32)	-
Commodities - Boi gordo	USD	39	-	R$	213	
Commodities - Soja	USD	853	8.123	R$	4.692	1.304
Subtotal	**USD**	**1.194**	**8.123**	**R$**	**4.873**	**1.304**
Com vencimentos em 2026						
Operações financeiras						
Commodities - Soja	USD	3.245	-	R$	402	-
Subtotal	**USD**	**3.245**	**-**	**R$**	**402**	**-**
Total	**USD**	**4.439**	**12.527**	**R$**	**5.275**	**9.767**

Riscos da variação dos preços das commodities: A Companhia projetou o impacto potencial da variação dos preços para cada cultura: algodão, soja e milho com base no cenário provável convertido a ptax de R$ 5,2024, conforme relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2025. • Cenário Provável: Com base no preço de fechamento de 31 de dezembro de 2025 do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada; • Cenário Possível com aumento de preços: aumento no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada, de acordo com cada cultura; • Cenário Possível com queda de preços: queda no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada, de acordo com cada cultura. A avaliação de sensibilidade de preços considera como exposição a totalidade da receita estimada (receita de venda altamente provável) e a totalidade de instrumentos de proteção contratados, geralmente representados por vendas futuras de produtos agrícolas, em relação à exposição desses mesmos itens vendidos (receita altamente provável protegida). Demonstramos a exposição líquida dos impactos para cada cenário projetado:

	% cenários	Exposição Líquida
Algodão - 2026		
Cenário provável	-	**4.886**
Cenário possível - com aumento de preços	9,96	**5.373**
Cenário possível - com queda de preços	(6,23)	**4.582**
Soja - 2026		
Cenário provável	-	**91.920**
Cenário possível - com aumento de preços	11,41	**102.408**
Cenário possível - com queda de preços	(7,44)	**85.081**
Milho - 2026		
Cenário provável	-	**260.355**
Cenário possível - com aumento de preços	14,53	**298.185**
Cenário possível - com queda de preços	(15,24)	**220.677**

e) Risco de juros: Uma parcela do endividamento referente a operações de financiamento à exportação da Companhia, está vinculada a taxas de juros pré-fixadas, que é a taxa de juros utilizada em empréstimos indexados ao dólar americano ou euro. Para proteção contra a variação cambial de operações de empréstimos, financiamentos e fornecedores, a Companhia realiza operações de *hedge* através de instrumentos de swap com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de variação cambial e taxas de juros pré-fixada ou IPCA e taxas de juros pré-fixada (posição ativa) por taxa de juros em CDI mais Taxa Pré-fixada (posição passiva). O valor do principal (nocional) e vencimentos da operação de swap é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do *hedge*. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação do câmbio. A seguir segue detalhamento da operação de swap de moeda e taxas de juros:

Contraparte	Instrumento de hedge	Objeto hedgeado	MTM	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
BOCOM BBM	*Swap* de R$ 30MM (Ativo VC+Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 6,2MM a juros de 6,45% a.a.	2.788	3.158	(370)
Itaú	*Swap* de R$ 152,7MM (Ativo IPCA+Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de BRL 152,7MM a juros de IPCA+6,7469% a.a.	(6.048)	(6.049)	1
Safra	Swap de BRL 23,6MM (Ativo IPCA+Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de BRL 23,6MM a juros de IPCA+9,8338% a.a.	(178)	(178)	-
Total			**(3.438)**	**(3.069)**	**(369)**

Riscos da variação das taxas de juros: Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2025 foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 30 de dezembro de 2025 definimos os índices para o CDI, Câmbio e IPCA. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2026. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

	Taxa de juros (1)	Saldo em 31/12/2025	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dívidas em reais taxa pré-fixada							
BNDES	8,23%	**54.188**	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em reais taxa pós-fixada							
Financiamento à Exportação	108% CDI	**10.681**	(909)	(1.307)	(1.705)	(2.103)	(2.501)
Capital de Giro	106% CDI	**33.517**	(2.771)	(4.020)	(5.268)	(6.517)	(7.765)
CRA	103,55% CDI	**58.454**	(4.624)	(6.802)	(8.979)	(11.156)	(13.334)
Dívidas IPCA *swapada*							
CRA	IPCA+6,75%	**167.395**	(7.091)	(13.326)	(19.562)	(25.797)	(32.032)
BNDES	IPCA + 9,83%	**24.705**	(1.710)	(2.630)	(3.551)	(4.471)	(5.391)
Dívidas em dólares							
Crédito Rural	6,57% a.a.	**34.708**	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Swap							
Swap USD x CDI + PRÉ	Ativo: 6,57% a.a. Passivo: CDI + 1,05% a.a.	**2.788**	(391)	(495)	(599)	(702)	(806)
Swap IPCA x CDI + PRÉ	Ativo: IPCA + 9,8338% a.a. Passivo: CDI - 0,70% a.a.	**(178)**	31	37	44	51	57
Swap IPCA x CDI + PRÉ	Ativo: IPCA + 6,75% a.a. Passivo: CDI + 0,65% a.a.	**(6.048)**	859	1.084	1.309	1.535	1.760
Aplicações Financeiras							
CDB e Compromissada	100,74%	**33.952**	2.548	3.822	5.096	6.370	7.644

(1) Taxas médias anuais.

f) Risco de liquidez: Os fluxos brutos de saídas, divulgados abaixo representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivados de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivados que têm liquidação simultânea bruta.

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	379.505	**529.646**	89.241	102.381	72.868	81.755	66.520	116.881
Fornecedores	107.276	**107.276**	107.276	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	22.142	**32.659**	7.819	6.751	6.243	4.686	497	6.663
Subtotal	**508.923**	**669.581**	**204.336**	**109.132**	**79.111**	**86.441**	**67.017**	**123.544**
Derivativos								
Operações com derivativos	(10.453)	**(10.453)**	(4.620)	(5.833)	-	-	-	-
Total	**498.470**	**659.128**	**199.716**	**103.299**	**79.111**	**86.441**	**67.017**	**123.544**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes. g) Resumo das operações de derivativos em aberto: A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

	Valor de referência (notional) Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Valor justo registrado no ativo Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Valor justo registrado no passivo Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Operações de proteção cambial									
Algodão - 19.c	USD	695	270	R$	27	-	R$	29	186
Milho - 19.c	USD	26.155	6.800	R$	8.809	-	R$	476	4.850
Soja - 19.c	USD	7.685	32.750	R$	612	-	R$	327	22.405
Subtotal	**USD**	**34.535**	**39.820**	**R$**	**9.448**	**-**	**R$**	**832**	**27.441**
Operações de proteção dos produtos - operações financeiras									
Soja - 19.d	USD	4.098	9.548	R$	5.520	31.548	R$	426	21.420
Algodão - 19.d	USD	302	-	R$	-	-	R$	32	-
Rebanho - 19.d	USD	39	-	R$	265	-	R$	52	-
Milho - 19.d	USD	-	2.979	R$	-	-	R$	-	361
Subtotal	**USD**	**4.439**	**12.527**	**R$**	**5.785**	**31.548**	**R$**	**510**	**21.781**
Operações de proteção cambial									
Swap VC+Pré x CDI+Pré - 19.e	USD	6.172	6.172	R$	2.788	9.144	R$	-	1.541
Operações de proteção de juros									
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré - 19.e	USD	176.278	152.667	R$	24.466	29.782	R$	30.692	41.422
Total				**R$**	**42.487**	**70.474**	**R$**	**32.034**	**92.185**
Parcela classificada no circulante					17.620	30.244		13.000	55.094
Parcela classificada no não circulante					24.867	40.230		19.034	37.091

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

h) Resultado com operações de derivativos: A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas no exercício, agrupados pelas principais categorias de riscos:

		Ganhos e perdas registrados no resultado						
		Alocado na receita bruta		Alocado no resultado financeiro		Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido		
	Moeda	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	Movimento	31/12/2024
Operações de proteção cambial								
Contratos NDF	R$	(3.271)	300	646	(442)	(8.616)	(36.492)	27.876
Operações de proteção de *commodities*								
Commodities Agrícolas	R$	9.978	906	-	-	(5.062)	4.706	(9.768)
Operações de proteção de câmbio								
Swap VC+Pré x CDI+Pré	R$	-	-	(6.735)	7.244	370	73	297
Operações de proteção de juros								
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré	R$	-	-	(3.622)	(11.640)	-	-	-
Total	**R$**	**6.707**	**1.206**	**(9.711)**	**(4.838)**	**(13.308)**	**(31.713)**	**18.405**

i) Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas. Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	379.505	324.877
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(33.961)	(42.854)
Dívida líquida	**345.544**	**282.023**
Patrimônio líquido	**146.200**	**112.019**
Índice de alavancagem financeira	**236,35%**	**251,76%**

20. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia tem um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores. O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido da Companhia, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculados a metas estabelecidas para cada unidade de produção. A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido da Controladora. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano. Em 31 de dezembro de 2025, o montante provisionado no resultado do exercício, no grupo de despesas administrativas, é de R$ 1.909 (R$ 1.427 em 31 de dezembro de 2024).

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta os seguintes detalhamentos de seguros e coberturas contratados:

Natureza	Cobertura (R$)
Estoques de grãos e algodão	105.000
Prédios e benfeitorias	105.000
Máquinas e equipamentos	60.000
Responsabilidade civil de administradores	60.000
Responsabilidade civil geral	10.000
Drones - RETA	779
Veículos	Contra terceiros

Seguro de estoque de grãos e algodão - Cobertura da colheita, beneficiamento e estoque de soja, milho, algodão, sendo produção própria ou de terceiros sobre sua responsabilidade. Apólice com vencimento em 18/06/2027. Seguro de prédios e benfeitorias - Cobertura a danos materiais, causados aos prédios e benfeitorias, ocasionados por incêndio, explosão, vendaval e fumaça. Apólice com vencimento em 18/06/2027. Seguro de máquinas e equipamentos - Cobertura a danos causados a Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, gerados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão. Cada máquina e equipamento possui seu limite máximo de indenização correspondente ao seu valor segurado. Apólice com vencimento em 09/10/2027. Seguro de responsabilidade civil de administradores - Cobertura sobre danos involuntários causados a terceiros por responsabilidade civil de executivos (diretores e administradores), com poder de gestão. Apólices com vencimentos em 30/06/2026. Seguro de responsabilidade civil geral - Cobertura de garantia de pagamento de indenizações, a título de reembolso, a danos que a Companhia vier a ser responsável civilmente em sentença judicial transitada em julgado. Apólice com vencimento em 22/02/2026. Seguro de Drone - Reta - Cobertura de responsabilidade civil do explorador ou transportador aéreo por danos pessoais e materiais causados a terceiros, por aeronave remotamente pilotada, utilizada para fins empresariais. Apólices com vencimentos em 18/12/2026. Seguro de Veículos - Cobertura da Frota de veículos da controlada e controladora para danos causados a terceiros. Apólices com vencimentos em 10/10/2027.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política Contábil: O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0% a 1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural e outras entidades	0,25% e 2,05%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos. A contrapartida está nos impostos a pagar no passivo. Os valores de impostos a pagar são compensados com eventuais créditos de impostos provenientes da compra de insumos e de ativo imobilizado, nas fazendas que permitem a tomada do crédito. **Composição**: Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	**408.214**	**181.169**
Venda de produtos	401.507	179.963
Resultado com operações de *hedge*	6.707	1.206
Deduções, impostos e contribuições	**(13.519)**	**(5.093)**
Receita operacional líquida	**394.695**	**176.076**

A Companhia comercializa seus produtos para o mercado interno e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	**45.993**	**5.006**
Venda de produtos	49.266	5.694
Resultado operação de hedge mercado interno	293	-
Deduções, impostos e contribuições	(3.566)	(688)
Mercado externo	**348.702**	**171.070**
Venda de produtos - exportação indireta	337.004	164.632
Resultado operação de *hedge* - exportação indireta	6.553	920
Deduções, impostos e contribuições - exportação indireta	(9.617)	(4.354)
Venda de produtos - exportação direta	15.237	9.637
Resultado operação de *hedge* - exportação direta	(139)	286
Deduções, impostos e contribuições	(336)	(51)
Receita operacional líquida	**394.695**	**176.076**

As informações de venda operacional líquida, por segmento geográfico, são atribuídas aos seguintes países:

	31/12/2025		31/12/2024	
País	**Valor**	**% Participação**	**Valor**	**% Participação**
Brasil	373.087	96,16	165.284	94,65
China	12.198	3,14	5.395	3,09
Paquistão	2.194	0,57	4.191	2,40
Outros	509	0,13	-	-
Total	**387.988**	**100,00**	**174.870**	**100,00**
Resultado operação de hedge	6.707		1.206	
Receita operacional líquida	**394.695**		**176.076**	

(1) Composto pelos valores de venda do mercado interno e exportação indireta.

O montante da receita operacional líquida de produtos proveniente dos principais clientes, por produto agrícola, é assim representado:

Cliente	Algodão em Pluma	Milho a Granel	Soja a Granel	Outras Culturas	Total	% sobre venda de produto (sem efeito de operações de hedge)
Cargill Agrícola S.A.	12.198	10.856	88.829	-	**111.883**	34,74%
Bunge Alimentos S.A.	-	83.927	50.873	-	**134.800**	28,84%
ADM do Brasil	-	6.883	60.168	-	**67.051**	17,28%
Outros Clientes	2.567	28.112	31.360	12.215	**74.254**	19,14%
Total	**14.765**	**129.778**	**231.230**	**12.215**	**387.988**	**100,00%**

(1) O saldo apresentado em outros clientes individualmente não é superior a 10% da receita de vendas com produtos.

23. DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas por função		
Custo dos produtos vendidos	(328.925)	(134.508)
Despesas com vendas	(9.029)	(5.994)
Despesas gerais e administrativas	(12.193)	(7.770)
Outras despesas operacionais	(13.338)	(1.596)
Total	**(363.485)**	**(149.868)**
Despesas por natureza		
Depreciação e amortização	(23.308)	(13.755)
Despesas com pessoal	(33.501)	(17.813)
Matéria prima e materiais	(259.614)	(146.452)
Aluguéis e arrendamentos	(474)	(201)
Depreciação de direito de uso	(6.809)	(2.138)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(25.661)	33.442
Fretes	(780)	(1.355)
Outras despesas operacionais	(13.338)	(1.596)
Total	**(363.485)**	**(149.868)**

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir demonstramos o detalhamento de outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais		
Venda ativo imobilizado	1.369	2.096
Receita com indenização de sinistros	327	153
Receita com revenda de estoques	18	26
Receita com serviços prestados	-	438
Receita com aluguel	424	35
Outras receitas	46	105
Subtotal	**2.184**	**2.853**
Outras despesas operacionais		
Custo da venda do ativo imobilizado	(1.468)	(1.226)
Baixa do ativo imobilizado - Obsolescência	(35)	(136)
Custo com sinistros	(463)	(203)
Custo com revenda de estoques	(7)	(31)
Custo com aluguel	(85)	-
Custo com rescisão contratual	(1.243)	-
Provisão para perda de impostos a recuperar (nota 8.b)	(9.591)	-
Outras despesas	(446)	-
Subtotal	**(13.338)**	**(1.596)**
Total	**(11.154)**	**1.257**

Conselho de Administração

Caio Penido Dalla Vecchia - Presidente
Aurélio Pavinato - Vice-Presidente
Aluísio de Assis Buzaid Junior - Conselheiro
Rodrigo de Araújo Rodrigues - Conselheiro

Diretoria

Eduardo Meneguell Pereira
Márcio Silveira
André Lemos de Vasconcellos

Contadora

Adriana Friguetto Mezzomo
Contadora CRC RS - 059787/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Administradores e Conselheiros da
Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.
Porto Alegre-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras . Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos ativos biológicos

Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Companhia mensura seus ativos biológicos, que correspondem ao cultivo dos produtos agrícolas, principalmente soja, milho e algodão, com base no seu valor justo a partir da fase de pré-colheita. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas e técnicas de mensuração, principalmente relacionadas ao preço de mercado, à produtividade esperada e aos custos a incorrer. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de R$168.199 mil, na conta de ativos biológicos, no ativo circulante.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos sobre o total de ativos e sobre o resultado do exercício, bem como devido ao nível de incerteza inerente à mensuração desse tipo de estimativa contábil, e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos, que se alteradas podem impactar de forma significativa o valor desses ativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) entendimento do desenho do processo de mensuração dos ativos biológicos; ii) a revisão da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia e a inspeção física, por amostragem, de áreas plantadas, com a utilização dos nossos especialistas, para avaliar a existência dos ativos biológicos e suas condições físicas; iii) avaliamos as premissas do cálculo relacionadas ao preço de mercado, à produtividade esperada, aos custos a incorrer, dentre outras; iv) verificação amostral de evidências de custos incorridos ao longo do exercício; v) e examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas de mensuração dos ativos biológicos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7, são aceitáveis em relação aos requerimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Contabilidade de hedge ("hedge accounting")

Conforme descrito nas notas explicativas 16.e) e 19, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção aos riscos de variação de câmbio e de variação do preço dos produtos agrícolas, em relação às receitas futuras consideradas de alta probabilidade de ocorrência, sendo registrados conforme uma estrutura de contabilidade de *hedge ("hedge accounting")*. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o montante de R$8.783 mil, líquido de impostos diferidos, registrado no patrimônio líquido, em "Outros resultados abrangentes".

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à grande quantidade de operações contratadas, da complexidade na mensuração do valor justo das operações e no cálculo da efetividade de *hedge*. Além disso, a designação dos instrumentos financeiros como contabilidade de *hedge* e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de certas obrigações formais, dentre elas a necessidade de uso de estimativas sobre as projeções de receitas futuras prováveis.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) entendimento do desenho do processo de gerenciamento de riscos e da estrutura de contabilidade de *hedge*, incluindo a análise da política aplicada pela Companhia; ii) recálculo por amostragem da mensuração do valor justo de operações designadas como instrumento de *hedge*, com o envolvimento de especialistas em instrumentos financeiros derivativos; iii) confronto do valor registrado pela Companhia com as informações fornecidas pelas instituições financeiras para as transações em aberto na data-base, através de procedimentos de envio de cartas de confirmação às respectivas contrapartes nas operações; iv) exame da documentação de designação das operações, inclusive se o instrumento de *hedge* e objeto de *hedge* se qualificam para serem designados para *hedge accounting* de fluxo de caixa, além da revisão dos testes de efetividade; v) análise das projeções de receitas futuras prováveis, com base na análise dos contratos firmes de venda e nas estimativas de vendas; vi) e examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a política de contabilidade de *hedge* da Companhia em relação aos requerimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 27 de março de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre/RS, 24 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Arthur Ramos Arruda
Contador
CRC RS-096102/O